

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROBSON THIAGO OLIVEIRA DA SILVA

**DISCURSO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC: A
(RE)PRODUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DOCENTE TECNOLÓGICA**

MANAUS – AM

2019

ROBSON THIAGO OLIVEIRA DA SILVA

**DISCURSO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC: A
(RE)PRODUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DOCENTE TECNOLÓGICA**

Monografia apresentada como requisito final para
conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia
da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mônica de Oliveira Costa

MANAUS – AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

s586d SILVA, ROBSON THIAGO OLIVEIRA DA
 Discurso e Tecnologias da Informação e Comunicação -
 TIC : A (re)produção de uma identidade docente tecnológica
 / ROBSON THIAGO OLIVEIRA DA SILVA. Manaus :
 [s.n], 2019.
 73 f.: il.; 30 cm.

 TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
 Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.
 Inclui bibliografia
 Orientador: COSTA, Monica de Oliveira

 1. Tecnologias. 2. Discurso . 3. Professores. 4.
 Enunciados. 5. Sociedade. I. COSTA, Monica de
 Oliveira (Orient.). II. Universidade do Estado do
 Amazonas. III. Discurso e Tecnologias da Informação e
 Comunicação - TIC

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

ROBSON THIAGO OLIVEIRA DA SILVA

**DISCURSO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC: A
(RE)PRODUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DOCENTE TECNOLÓGICA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovação em: 17 de junho de 2019

Banca Examinadora:

Mônica de Oliveira Costa

Professor(a) Dra. Mônica de Oliveira Costa
Orientador(a)

Nataliana de Souza Paiva

Professor(a) Me. Nataliana de Souza Paiva
Membro da Banca

Eliane Batista de Lima Freitas

Professor(a) Dra. Eliane Batista de Lima Freitas
Membro da Banca

DEDICATÓRIA

À minha família pelo apoio total à minha formação. Ao meu companheiro que me fez transformar essa formação em meta de vida. À minha orientadora que soube me direcionar nesse processo de produção do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me fortalecer e me conceder saúde e vida para iniciar, pensar e produzir essa monografia, pois como todos sabem é um processo de muito nervosismo, ansiedade e cobranças contínuas para sua conclusão no prazo.

À minha mãe Rosilene, por ter sido presente e ativa em todo meu processo formativo, principalmente na alfabetização e Ensino Fundamental, em que ela ajudava com as tarefas para casa, trabalhos e estudos nos períodos de avaliações.

Lembro que durante a escrita dos trabalhos, naquela época ainda escritos à mão em folha de papel almaço, ela primava pela perfeição, sendo cruel inclusive, rasgando as folhas ao menor erro de escrita, mesmo que esta ocorresse na última linha disponível na folha. Isso me ensinou a ser atencioso e persistente na elaboração dos meus trabalhos, embora tenha me ensinado também a não errar nas últimas linhas das páginas.

Lembro ainda, que durante o Ensino Fundamental eu tinha certa dificuldade na disciplina de ciências, na qual ela levou dois dias tentando me ensinar o conteúdo usando meu livro didático e ao ver que eu não conseguia aprender, me fez escrever uma cola em letras miúdas no papel, para que ela grudasse na minha toalha de rosto azul, que eu sempre levava comigo para a escola. Não precisei usar a cola, primeiramente porque nunca soube colar, e porque de tanto escrever o conteúdo acabou fixando na mente. A ideia foi torpe, mas a intenção foi nobre.

Quando seus conhecimentos não eram mais suficientes para me ajudar, já no ensino médio, ela ainda assim acompanhava, perguntando como eu estava indo nas disciplinas e pagando, sempre que necessário, as aulas de reforço. Sempre em matemática e física.

No término do Ensino Médio, por me matricular imediatamente no Ensino Superior, curso de Turismo, só para que eu tivesse uma formação superior que me qualificasse como profissional e não me deixasse parar no tempo. Embora eu não tenha terminado o curso e tivesse optado por outro, Letras em Língua Inglesa, que também não terminei por optar pelo de Pedagogia.

E finalmente, por ter me dado o exemplo de que idade não é empecilho para a conclusão de uma graduação, e no caso dela, mais duas especializações, demonstrando que embora as dificuldades se levantem pelo decorrer do caminho, é possível alcançar nossos objetivos.

Agradecimentos especiais ao meu pai Luciano, que sempre trabalhou pesado para proporcionar o melhor da educação infantil, em instituição de ensino particular, me dando uma boa base alfabetizadora. Hoje ele não pode acompanhar minha formação no Ensino Superior, que sempre foi seu sonho, mas acredito que esteja em algum lugar observando esse momento com orgulho.

À minha irmã mais nova Camila, que sempre me apoiou durante todas as fases da vida, servindo inclusive como inspiração por ter alcançado sua formação acadêmica tão cedo, bem como seu sucesso profissional. Sendo uma mulher inteligente, educada, trabalhadora e dedicada aos amigos e família.

Ao meu parceiro Alexsandro, que desde o princípio me motiva a concluir essa graduação, me fazendo transformá-la em meta de vida para que passemos juntos para uma nova fase. Por sua inteligência, dedicação e apoio, lendo minhas produções literárias extracurriculares, me incentivando a cultivar minha paixão pela escrita.

Aos companheiros de formação, em destaque, Thaisa Coelho, Denise Torres e Thessyvanda Torres, que tornaram esse processo incrivelmente agradável, me acompanhando durante esse processo. Thaisa, que no primeiro dia de aula, ainda no primeiro período, deixou que eu adentrasse seu mundinho isolado, me mostrando suas competências, habilidades e inteligência, demonstrando sempre muito carinho e dedicação à nossa amizade. Denise, que já trazia amizade de outros carnavais, mas que se tornou ainda mais próxima, sendo parceira em vários dos trabalhos que inclusive, fazíamos pelo chat do *facebook* em apenas uma noite. Thessyvanda, que com seu carisma e felicidade, iluminava cada segundo em que se fazia presente ao meu lado. Meu muito obrigado a essas guerreiras agora pedagogas.

Por último e não menos importante, à minha orientadora Mônica Costa, que tive o prazer de conhecer na disciplina de Estágio Supervisionado I, em que a princípio nem imaginava que seria minha orientadora. No decorrer da produção do caderno de campo do estágio, em que ela em parceria com a professora Caroline Barroncas, igualmente maravilhosa e completamente capaz, demonstrou total interesse pela minha escrita, fazendo os apontamentos necessários para as melhorias.

Esse momento acadêmico foi o único em cinco anos de formação, que senti o real direcionamento da produção escrita, em que com seu famoso rabisco “problematize”, nos meus cadernos de campo de estágio, me fazia repensar minhas produções e tentar melhorar cada vez mais. Minha paixão pela metodologia das professoras me levou logo ao término da disciplina, a fazer o pedido de orientação do TCC.

Embora eu saiba que as duas estavam assoberbadas de orientandos, elas não se recusaram a me orientar, e se dispuseram inclusive a mandar textos em conformidade com o tema que eu pretendia abordar na época. Como esperado da minha futura orientadora, os textos eram os mais complicados de serem compreendidos, mas não mudei de ideia.

Agradeço ainda por não me deixar perder a matrícula, me informando dos prazos e procedimentos para assegurar que eu cursasse essa disciplina durante o primeiro semestre de 2019. Por acompanhar meu processo e garantir minha presença às aulas.

Para finalizar, por estar presente e acessível durante todo o processo de produção, não deixando a desejar na orientação e direcionamento, por me apresentar Michel Foucault, e por me fazer seguir pelo caminho da análise do discurso, que por mais difícil que parecesse me fez completar as lacunas deixadas por mim mesmo na minha formação.

RESUMO

Este trabalho nasce da inquietação acerca da formação inicial docente, especificamente sobre a produção de uma suposta identidade tecnológica a ser tomada como verdade e modelo, pois nas últimas décadas, a tecnologia tem se tornado cada vez mais presente na educação e no fazer docente. O objetivo geral é compreender de que modos são apresentadas as necessidades de conhecimento/domínio das TIC nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia. Os objetivos específicos são: a) mapear nos documentos norteadores da formação inicial de professores de Pedagogia as ideias sobre constituição docente e conhecimento/domínio tecnológico; b) descrever as identidades docentes ditas tecnológicas nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia. Tendo como princípio os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa pós-crítica em educação, principalmente a ferramenta do discurso em Michel Foucault, realizamos uma pesquisa documental na base legal que normatiza a formação inicial de professores de Pedagogia (Constituição Federal de 1988, Lei 9.394 de 1996, Resolução CP nº 02 de 2015). Como resultados, apontamos três enunciados que emergem dessa análise: Noções de Tecnologia como base da formação do cidadão; Tecnologia como ferramenta de atuação docente; Tecnologia como propriedade da ciência e da escola. A partir de tais enunciados se monta uma rede discursiva que aproxima várias materialidades nas quais estes enunciados estão dispersos, sendo possível mostrar de que modos os documentos ensinam sobre essa identidade tecnológica dita necessária para a constituição do “bom professor”, sendo este o profissional com múltiplas habilidades e, que conseqüentemente, atende às demandas sociais ditadas com o intuito de ofertar à sociedade, profissionais “formados” conforme as necessidades do atual contexto histórico e socioeconômico.

Palavras-chave: Tecnologias; Discurso; Professores; Enunciados; Sociedade.

ABSTRACT

This work was born from the concern about initial teacher education, specifically about the production of a supposed technological identity to be taken as truth and model, because in the last decades, technology has become increasingly present in education and teaching. The general objective is to understand the ways in which the knowledge / domain needs of ICT's are presented in the documents guiding the initial formation of teachers of Pedagogy. The specific objectives are: a) to map in the guiding documents of the initial formation of teachers of Pedagogy the ideas about teacher constitution and knowledge / technological domain; b) describe the technological teaching identities in the documents guiding the initial formation of teachers of Pedagogy. Having as a principle the theoretical-methodological aspects of post-critical research in education, especially the discourse tool in Michel Foucault, we conducted a documentary research on the legal basis that governs the initial formation of teachers of Pedagogy (Federal Constitution of 1988, Law 9.394 of 1996, PC Resolution No. 02 of 2015). As results, we point out three statements that emerge from this analysis: Notions of Technology as a basis for citizen training; Technology as a teaching tool; Technology as the property of science and school. From these statements, a discursive network is assembled that approximates several materialities in which these statements are dispersed, and it is possible to show in what ways the documents teach about this technological identity dictated necessary for the constitution of the "good teacher", being this the professional with multiple skills and, consequently, meets the social demands dictated with the intention of offering to society, professionals "trained" according to the needs of the current historical and socioeconomic context.

Key-words: Technologies; Discourse; Teachers; Statements; Society.

LISTA DE ABREVIATURA

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EaD	Educação a Distância
Eniac	Electronic Numerical Integrator Analyzer and Computer
ENS	Escola Normal Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MMORPG	Massively Multiplayer Online Role-Playing Games
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PNB	Produto Nacional Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
Seduc	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – “PROGRAMAÇÃO” DO DISCURSO E TIC	14
CAPÍTULO II – DISCURSO DE “PROGRAMAÇÃO” INICIAL DE PROFESSORES E TIC	35
2.1 – ESTABELECENDO UMA CONEXÃO PARA OLHAR	35
2.2 – A (RE)PRODUÇÃO DE UM PERFIL DOCENTE TECNOLÓGICO	41
2.2.1 - Enunciado 1: Noções de Tecnologia como base da formação do cidadão.....	41
2.2.2 - Enunciado 2: Tecnologia como ferramenta de atuação docente.....	47
2.2.3 - Enunciado 3: Tecnologia como propriedade da ciência e da escola.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

Noite, solidão.

Eu preso aqui na sala.

*Minha fala antiglobalizada, anti-vírus,
antiquada,*

Só entende o coração.

O mundo gira, avança e eu aqui parado.

Um internauta algemado, sem saída e direção.

(Cileno Conceição)

Muito tem se falado sobre o desenvolvimento do mundo virtual nos últimos vinte anos, com a criação do *Messenger*, popularmente conhecido como “MSN”, *Orkut*, *facebook* e outras redes sociais menos conhecidas, substituindo aspectos da vida real e impondo novas formas de se relacionar e lidar com o mundo.

Cileno Conceição canta que “o mundo gira, avança” enquanto ele permanece parado, nos demonstrando essas múltiplas experiências “vividas” no mundo virtual. A internet foi construída supostamente para proporcionar um universo diversificado de experiências e informações, acessadas em frente a uma tela e você não precisar ir a lugar nenhum, ao mesmo tempo em que pode conhecer o mundo todo.

Em aspecto interacional, aquele que nos estimula a necessidade de estar em contato com o outro, também é dita como uma das abrangências dessas tecnologias, possibilitando conhecer novas pessoas, conversar virtualmente com os amigos antigos e tudo isso sem sair de casa. Praticidade e comodidade são as palavras usadas para descrever os benefícios advindos das tecnologias, não sendo diferente em sua aplicação à educação.

Durante toda a história da educação, é possível discutirmos sobre os modelos ditos corretos do exercício docente. Na década de 1970, quando surge o conceito de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, a identidade eleita e posta em visibilidade é de um professor dito tecnológico. O uso do quadro negro, giz, mimeógrafo, entre outras tecnologias são apagados e começam a surgir outros elementos que se dizem essenciais para o desenvolvimento do trabalho docente, como quadros interativos, retroprojetores, apostilas em

formato PDF e, assim por diante. Agora, para ser considerado um professor “moderno”, “atualizado”, é necessário o domínio teórico-metodológico das TIC.

Desse modo, fica evidente a eleição de uma identidade docente relacionada às tecnologias, que é dita verdadeira e que mobiliza cursos de formação inicial para “preparar” os professores para as necessidades dos dias atuais. Tais necessidades de domínio tecnológico espalham-se pelos mais diversos espaços, formatando nossos modos de ver e dizer a docência, impondo posturas definidas como adequadas, verdadeiras, corretas, esperadas.

Durante todo meu processo formativo, por exemplo, nos era exigida a proficiência em informática, uma vez que todo trabalho e/ou seminário necessitava ser construído por intermédio das tecnologias. Trabalhos digitados, *slides* em *power point*, gravações de áudio e vídeo, fotografias, foram pré-requisitos de uma estruturação do trabalho acadêmico considerado adequado. Todo esse processo de cobrança de proficiência, baseada nas necessidades da formação da identidade docente tecnológica. Há tempos deixou-se de produzir trabalhos em folhas de papel almaço, escritos à mão, com aquelas capas criativas e muitas vezes coloridas. Longe de nós, acadêmicos, aparecer com qualquer outro tipo de trabalho que não fosse digitado, com fonte “*Arial*” ou “*Times New Roman*”, longe de nós, em algumas disciplinas, apresentarmos cartazes em cartolina no lugar de *slides* bem elaborados.

Todo esse processo de modificação do *modus operandi* é baseado em uma reformulação das metodologias de ensino, oriunda da imposição apresentada por intermédio de documentos legais redigidos com a prerrogativa dita necessária para a oferta de uma educação que proporcione maiores experiência aos alunos, de formas diversificadas e com qualidade.

Dentre essas imposições está o processo de ensino aprendizagem por intermédio das tecnologias, ditas pelos documentos legais como proficiência necessária durante a formação docente e conseqüentemente sua aplicabilidade em sala de aula. Com isso, as atribuições docentes ficam atreladas às estipulações dos documentos legais que regem a formação, dizendo necessária a construção de uma identidade diversificada para tal finalidade.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é buscar compreender de que modos são apresentadas as necessidades de conhecimento/domínio das TIC nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia. Os objetivos específicos são: a) mapear nos documentos norteadores da formação inicial de professores de Pedagogia as ideias sobre constituição docente e conhecimento/domínio tecnológico; b) descrever as identidades docentes ditas tecnológicas nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia.

A importância desse trabalho abrange a compreensão sobre o discurso imposto pela documentação legal da formação inicial de professores de Pedagogia, bem como a sinalização dessa identidade de docente tecnológico dita necessária, (des)construindo uma percepção do que nos é dito e tomado como verdade absoluta, visando abordagens e compreensões alternativas.

Para docentes já atuantes e discentes do curso de pedagogia, que estão em constante formação, é importante para que estejam aptos a problematizar esses discursos que são apresentados em cada etapa da construção do conhecimento, possibilitando um olhar mais atento para o que é dito como verdade e sempre (re)pensar essas “verdades”.

Como aprendizado próprio, tiro desta produção a oportunidade de (re)ver todas as “verdades” apresentadas do decorrer da minha própria formação, uma vez que, esses modelos formativos são pensados para atender as necessidades de determinado momento histórico e que muitas vezes, nos aprisionam e formatam nosso modo de ver e dizer.

Buscando atender os objetivos desta produção, a organizo em dois capítulos, sendo o primeiro, nominado ““Programação” do Discurso e TIC”, voltado para o corpus teórico-metodológico, no qual abordarei as explicações de Michel Foucault, acerca do discurso, utilizando suas obras - A arqueologia do Saber (2008) e A Ordem do Discurso (1971) – e de autores como Fischer (2001) e Veiga-Neto (2014), ao apresentar elementos do discurso vinculando-os à ideia das tecnologias.

No segundo momento, o capítulo dois, denominado “Discurso de “programação” inicial de professores e TIC”, em que apresentamos a perspectiva de olhar, enamorada de Michel Foucault e contamos os bastidores da pesquisa, assim como as escolhas feitas para atender as exigências teórico-metodológicas. Como empiria temos a Constituição Federal de 1988, LDB nº9.394/96 e Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 – dos quais emergem os enunciados que (re)produzem à ideia de construção da identidade docente tecnológica. Tais documentos foram escolhidos porque constituem a base legal mínima para a formação inicial de professores.

Na segunda parte deste capítulo, apresentamos a análise dos documentos a partir da eleição de três enunciados e sua dispersão em outras materialidades, como filmes, propagandas, cartazes e outros. Os enunciados são: Noções de Tecnologia como base da formação do cidadão; Tecnologia como ferramenta de atuação docente; Tecnologia como propriedade da ciência e da escola. Sob a formação desses enunciados é que busco a tessitura da rede discursiva, apresentando suas características de controle e poder em outros discursos.

Acredito, como finalista do curso de Pedagogia, que esta produção contém uma temática enriquecedora para o constante processo formativo, nos fazendo (re)pensar todos os discursos apresentados durante a formação e até mesmo fora dela, nos oportunizando a capacidade de problematizar, questionar e ir a fundo ao que nos é dito como “verdade”. Sendo assim, desejo uma tranquila leitura e muitos *giga bytes* de (des)aprendizagens.

CAPÍTULO I – “PROGRAMAÇÃO” DO DISCURSO E TIC

*Preciso que um barco atravesse o mar
lá longe
para sair dessa cadeira
para esquecer esse computador
e ter olhos de sal
boca de peixe
e o vento frio batendo nas escamas.*

*Preciso que uma proa atravesse a carne
cá dentro
para andar sobre as águas
deitar nas ilhas e
olhar de longe esse prédio
essa sala
essa mulher sentada diante do computador
que bebe a branca luz eletrônica
e pensa no mar.*

(Marina Colasanti, 1993)

Talvez, assim como olhar de longe o prédio, a sala e a mulher sentada frente ao computador (COLASANTI, 1993), precisamos também olhar e problematizar como as tecnologias tem se instituído como necessidade nos dias de hoje.

A história da humanidade nos conta que toda tarefa realizada pelo ser humano teve, em algum momento, auxílio de alguma tecnologia, esta sendo compreendida como ideia ou criação de automação da atividade humana. A descoberta do fogo para aquecimento e preparação de alimentos, a pedra lascada para o auxílio da caça, a roda para locomoção dos primeiros veículos de transporte e assim por diante, até a atualidade, onde as tecnologias realizam inclusive tarefas de auxílio educacional.

Colasanti (1993) nos faz refletir sobre essa mulher frente à branca luz eletrônica e pensa no mar, nos remetendo à possibilidade que até então, apenas os livros podiam nos proporcionar, a viagem a outros lugares, outros mundos e realidades. Toda essa facilidade e

utilidade tem um propósito. Nos é dito a todo momento que as tecnologias representam criações voltadas para o auxílio e facilitação de tarefas, na qual a máquina é programada para concluir uma tarefa humana e o faz com perfeição. Essas afirmativas não nos permitem discordar do todo, uma vez que tais benefícios são de fato facilitadores no cotidiano da vida.

Assim como a antiga **linguagem de máquina**¹ composta por códigos binários representados pelos números “0” e “1” estabelecem uma funcionalidade para os computadores, o discurso necessita de certa programação que estabeleça suas características de dominância e intencionalidade.

Criar uma conexão direta entre tecnologia e discurso veio perfeitamente a calhar, uma vez que para ambos, é necessário que se dite regras e condicionalidades para sua perfeita funcionalidade, ou seja, para que cumpram os objetivos pelos quais foram “criados”. Assim como se programa um computador a se iniciar ao apertar um simples botão, o discurso possui procedimentos que auxiliam em seu aparecimento.

Tendo em mente essa aproximação, brincarei no decorrer deste trabalho, com o jogo de palavras voltadas à tecnologia, assim como feito no título desse capítulo, ao utilizar a palavra “programação” para abordar “conceitos” e contextos históricos dos dois temas da minha pesquisa, Discurso e TIC.

Para desenvolver uma compreensão acerca do discurso, é necessário entender de que forma essa ferramenta se constitui, se regula e ocupa um espaço de fabricação do nosso modo de ver e dizer as coisas e que são ditas como verdades. Portanto, decido me apoiar nas ideias de Michel Foucault e autores como Veiga-Neto e Fischer, que delineiam ideias sobre o discurso, especialmente nas obras “A Arqueologia do Saber” (FOUCAULT, 1969) e “A Ordem do Discurso” (FOUCAULT, 1971).

É imprescindível lembrar que o trabalho de Foucault perpassa por três fases, cujas fronteiras são moveis: a arqueológica, a genealógica e a ética. Contudo, me debruçando apenas sobre a primeira fase, tive como base, além das duas obras de Foucault, já mencionadas anteriormente, o artigo produzido por Fischer (2001), “Foucault e a análise do discurso em educação”, e a obra de Veiga-Neto (2014), “Foucault & a Educação”.

Na obra “A Arqueologia do Saber”, tomei como base a compreensão das unidades do discurso, bem como sua formação, a identificação dos enunciados e suas funções no discurso, uma vez que é por intermédio destes saberes que será possível cumprir os objetivos propostos

¹ Sistema numérico binário necessário para armazenamento de dados na memória do computador. (ASCENCIO, 2012, p.22)

neste trabalho, que é o de compreender de que forma são (re)produzidas as identidades docentes tecnológicas.

Quanto à “Ordem do Discurso”, é interessante saber que - nessa passagem me recordo da fala do ilustre professor ministrante da disciplina de **Sociologia da Educação**² que ao contar um fato interessante no decorrer de suas aulas - mas que não agregavam valor ao conhecimento em si - os chamava de “cultura inútil” - em 1970, com a admissão do filósofo no Collège de France como professor, surge a obra oriunda de uma aula ministrada, publicada em 1971. Isso se dá por uma prática do Collège de France, que propõe cursos formativos de dez dias, ministrados por professores da própria instituição, sendo que esses cursos são gravados, transcritos e publicados. Assim, os professores ministrantes dos cursos, já preparavam suas aulas com uma densidade conceitual que justificasse sua publicação como livro.

Nessa obra, em especial, Foucault apresenta suas ideias de pesquisa acerca do discurso, ideias que estariam presentes em todos os seus futuros trabalhos, bom como servindo de estopim para outros pesquisadores, apresentando no momento, as características e procedimentos para a manutenção do discurso, bem como os métodos a seguir para a inserção do sujeito nessa ordem do discurso.

Tendo estabelecido o compromisso de abordar esse relacionamento entre discurso e TIC, devo proceder com uma apresentação da “programação” de ambos, mas não de forma desarmônica e desconexa, buscando a todo o momento estabelecer ainda mais essa aproximação trazendo situações abrangidas pelas tecnologias para exemplificar melhor as características do discurso. Sendo assim, procuramos estabelecer uma conexão sobre a produção discursiva das TIC.

Sabemos que o século XX foi marcado pela reestruturação das tecnologias, visando priorizar a organização de dados e comunicação, sendo o marco inicial dessas mudanças, a criação do primeiro computador eletrônico em 1946, conhecido como Electronic Numerical Integrator Analyzer and Computer - Eniac, nos Estados Unidos.

Ascencio e Campos (2012, p. 1) nos contam que a finalidade de um computador é receber, manipular e armazenar dados. A princípio sem utilidade nenhuma além de manutenção e organização de dados em discos, execução de operações com esses dados e processamento de resposta em dispositivos de saída (monitor, impressora).

² Disciplina cursada no 1º período do curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Somente vinte e cinco (25) anos depois, implantou-se a Arpanet em 1969, que possibilitou a interligação dos computadores das universidades dos Estados Unidos. Como precursora da internet, que em 1983, começou a interligar os computadores das universidades e do governo. Em 1990, surge a internet comercial americana.

No Brasil, essa tecnologia começava a ser difundida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ainda em 1987, interligando os computadores dos centros de pesquisa de quatorze (14) capitais, estabelecendo a nível acadêmico, apenas em 1989 a Rede Nacional de Pesquisa. Em apenas seis (06) anos, a internet comercial se espalhou pelo país. Nesse período, apontam-se o estabelecimento do World Wide Web – WWW e a criação da Google, nos anos de 1990 e 1998, respectivamente.

Blanco e Silva (apud. ALVES. 2009, p. 18) nos informa que as tecnologias têm auxiliado o ser humano no decorrer da história, sendo compreendido como objetos, partes e operações dos ofícios realizados pelo homem. Alves (2009) ainda nos conta que foi apenas após o século XVIII que as tecnologias, anteriormente negligenciadas pelo pensamento filosófico, passam a compor papel de importância na área das ciências, apresentando resultados gerados por experiências seguras.

Dias (2007, p.15) em prefácio da obra organizada por Fátima Bayama, denomina as TIC como “sistema notavelmente abrangente e eficiente de comunicação e processamento de dados, onde já se misturam as tecnologias de telefonia, televisão e informática”.

Nesse sentido, as tecnologias têm influenciado o trabalho nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive na Pedagogia, fabricando uma “nova” identidade ao docente, e estabelecendo uma necessidade de produção de um ser tecnológico, por intermédio do discurso.

O discurso é pautado sob os pressupostos do desejo e poder, estando carregado de intencionalidade e controle. Dessa forma, há de se compreender que existem características de manutenção desse discurso, sendo uma delas a exclusão. Essa característica conta com procedimentos, sendo o primeiro deles o Interdito, que consiste na ideia de que nem tudo o que pensamos deve ser proferido a qualquer momento, alguns discursos devem ser apenas pensados, nunca expressados em momentos ditos inoportunos.

Segundo Klammer (2016, p. 179), a contemporaneidade passa por grandes modificações com o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, fabrica formas de organização e interação social, produzindo um novo perfil de trabalhador, inclusive para o docente. Mas tal “verdade” não foi contada diretamente a esses trabalhadores, muito

pelo contrário, foi introduzida e transmitida a eles por intermédio do discurso, principalmente o discurso midiático que depende diretamente dos artefatos tecnológicos.

A partilha, ou separação, exclui todo e qualquer discurso proferido por um sujeito incapaz, e para exemplificar, Foucault menciona a loucura como principal fator de divisão entre o discurso válido e o não válido, ou seja, com a fabricação da ideia de loucura, temos a bem claro a divisão entre os que possuem razão e os que não possuem. Com a tecnologia é impressa a mesma lógica.

Afastemo-nos da ideia da loucura, e visualizemos a partilha como uma separação do discurso de um sujeito dito sem qualificação para outro dito qualificado. O discurso ignorado certamente será o do sujeito dito desqualificado. Nessa perspectiva, usemos como exemplo dois indivíduos considerados os grandes gênios das marcas mais conhecidas de sistemas operacionais do mundo. Bill Gates e Steve Jobs, cujo trabalho de suas vidas foi o de aprimorar as tecnologias a ponto de hoje, nos possibilitar ter em mãos, dispositivos capazes de nos auxiliar em qualquer tarefa, sendo elas, a escrita, a fotografia, gravações, comunicação em tempo real com pessoas em qualquer lugar no globo terrestre, transações bancárias e não menos importante, sua suposta aplicação na própria educação.

Sob essa perspectiva, se os dois nos afirmam que essas tecnologias são produzidas para fazer tudo o que fazíamos, garantindo ainda uma considerável economia de tempo, para que possamos utilizá-lo com outras tarefas, somos levados a crer, não porque de fato elas cumprem esse papel, mas porque o discurso utilizado para esse propósito dita essa “verdade”. E isso ainda explica, ao mesmo tempo, o próximo procedimento de exclusão.

A oposição entre o verdadeiro e o falso, nada mais é do que a reafirmação do discurso verdadeiro que se baseia em fatores de confirmação da verdade, excluindo assim, todo e qualquer discurso sem comprovação da verdade.

Trazendo novamente Alves (2009) para a conversa, rememorando sua fala quanto ao período anterior ao século XVIII, em que as tecnologias não possuíam papel significativo em detrimento ao pensamento filosófico, detentor de toda a sabedoria, que conseqüentemente era considerado a verdade absoluta, podemos constatar essa dicotomia entre verdadeiro e falso, apenas qualificando essas tecnologias na virada do século, com apoio do campo científico, quando lhe foi conveniente que assumisse outro papel na sociedade, o de facilitador de operações seguras e precisas.

O discurso também apresenta características de controle de surgimento e forma, estando em funcionamento no interior do discurso, sendo eles: o comentário – que se baseia em um texto verdadeiro apenas para complementá-lo, nunca se contrapondo a ele – o autor –

que vai apresentar aspectos estritamente subjetivos ao discurso, também possibilitando seu acesso de apoio ao comentário – e a disciplina – que determina a construção do discurso restritivo, complementar ao comentário e ao autor.

Existe ainda um grupo de rarefação, que se subdivide em quatro procedimentos de controle do discurso. O ritual – apresenta todos os elementos necessários ao autor do discurso – as sociedades do discurso – são grupos fechados dominantes de certo discurso – as doutrinas – ao contrário das sociedades do discurso, não são restritas, são distribuídas a um número incontável de pessoas – e a educação – que provém acesso a todos os tipos de discurso, desde que atenda aos interesses de controle social, ou seja, da manutenção do sistema de manutenção do poder.

Para exemplificar essas ideias, utilizo a estrutura curricular da minha própria formação, que garante uma disciplina de Informática Básica, ainda no primeiro período, não por acaso, pois tudo é intencional. A ementa do curso traz elementos de conhecimento estrutural de um sistema operacional, ferramentas de edição e de pesquisa. Sendo assim, apresenta como objetivo, “Conhecer e dominar os conceitos e programas básicos de informática para auxiliar as atividades de ensino e pesquisa tais como: editor de texto, planilha eletrônica e softwares de apresentação, além dos recursos de internet” (UEA. 2019).

Percebe-se assim o caráter limitante proporcionado pelo curso, garantindo apenas o conhecimento básico necessário para a garantia da utilização mínimas desses recursos, tanto no desenvolvimento das atividades acadêmicas, quanto nas práticas externas, futuramente em sala de aula.

O fato é que segundo o procedimento do ritual, o sujeito “apto” para ministrar essa disciplina deve ser alguém qualificado, conhecedor das tecnologias, cumpridor de certas regras e critérios.

O sujeito “apto” é aquele devidamente qualificado. Desse modo, o professor que ministra a disciplina de Informática Básica vem do Colegiado de Matemática ou da Escola de Tecnologia, visto que nesse curso e nessa unidade, tem vaga de concurso para essa área. Portanto, um docente com proficiência tecnológica, para ministrar a disciplina.

Nós alunos, por outro lado, estávamos no terceiro procedimento, o de doutrina, que consiste na ideia de que, ao contrário da sociedade do discurso, o conhecimento é disseminado para um número incontável de sujeitos. Nesse caso, voltemos aos costumes contemporâneos, que formam o sujeito tecnológico, não na escola, mas nos espaços externos a ela. Nós já possuíamos o conhecimento, seguíamos suas características, mas ainda assim, foi necessário receber uma formação tecnológica de um sujeito “apto” a fazê-lo.

Embora as características em si já sejam mais do que suficiente para sua sustentação, há um pressuposto filosófico de soberania do sujeito, que consiste na ideia de que existe o sujeito e o objeto, sendo que o primeiro atua sobre o segundo por intermédio de experiências anteriores que reafirmam a veracidade de seu discurso, estes estão divididos em: sujeito fundante; experiência originária; e mediação universal, sendo este último, a garantia da compreensão de todo o sujeito interessado em fazer parte da ordem do discurso.

Toda sociedade é composta de vários elementos, tais como pessoas, com ou sem ideologias semelhantes, regras que regem a socialização civilizada e o mais importante dos elementos, com um potencial de governar todos os membros dessa sociedade, o discurso.

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade. (FOUCAULT. 1971, s/p)

Discurso é poder, e tem permeado toda a história da humanidade, desde o surgimento da comunicação entre indivíduos. Por esse motivo, é que o procedimento de exclusão atua como um divisor do joio e do trigo, separando discursos válidos dos não válidos.

Em uma sociedade, existem diversas temáticas que encontram barreiras que dificultam o diálogo. Na antiguidade isso era visto com maior intensidade, no que se referia à religião, sexualidade e política. O interdito é a característica que consiste na ideia de que não podemos dizer tudo o que pensamos no momento em que pensamos, devendo haver uma espécie de filtro no discurso referente a essas temáticas consideradas mais delicadas.

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearnos. (FOUCAULT. 1971, s/p)

Na escola, por exemplo, quando se pensa em TIC, busca-se compreender quais as discursivas relevantes acerca da ausência de mecanismos tecnológicos, bem como o acesso a tais mecanismos. Para exemplificar, trago uma experiência própria, adquirida durante a elaboração de um trabalho para a disciplina de Didática, durante a formação, inconclusa, do curso de Licenciatura em Letras: Língua Inglesa, em uma Instituição particular de Ensino Superior em 2012.

A pesquisa consistia na utilização das TIC durante as aulas de língua inglesa, em uma escola da rede pública de ensino, estritamente voltada para o Ensino Médio. Durante a visita, propôs-se uma conversa com o gestor da escola, para acesso às aulas da disciplina, bem como os espaços tecnológicos da escola, tais como Sala de Mídia e Laboratório de Informática, presentes no espaço escolar.

Apenas uma pergunta e uma resposta foram necessárias para que se compreendesse o discurso. A pergunta foi: “Como funciona o laboratório de informática na escola?”. Segundo o procedimento da interdição, o gestor poderia omitir-se da sinceridade, mas respondeu, “Funciona apenas durante as inspeções da Seduc ou dos órgãos de fiscalização de aplicação de recursos. Esse laboratório apenas é utilizado nesses casos e por turmas que julgamos ser mais cuidadosas, pois quando era liberado para todos, tivemos muitos problemas com furto de cabos e dispositivos de entrada”.

Tal discurso, como se percebe, é carregado de intencionalidade, conforme nos aponta Foucault (1971, s/p) ao mencionar que **“é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, alguns dos seus mais temíveis poderes”**.

Para além do interdito, há outro procedimento de exclusão, negligenciado ou exaltado, de acordo com a situação. A partilha é o discurso que nos escapa o controle. Geralmente, na Idade Média, conhecido como o discurso do louco, que dizia suas verdades que acabavam em incredibilidade por conta das condições mentais do sujeito. Em outros momentos, sobretudo na Europa, o louco era ouvido como o detentor de sua verdade, contudo, apenas nos espaços artísticos, onde eram apresentadas as verdades mascaradas.

Foucault exemplifica essas ocorrências em casos, tais como a negação da palavra ao louco perante a justiça, a própria igreja e o descredibiliza diante de qualquer tentativa de afirmação, deixando a ele apenas atribuições específicas à época, como uma visão de mundo diferenciada dos demais, anunciação do futuro, todas baseadas em verdades cuja credulidade era essencial para a constituição da verdade.

Nos dias atuais, tal partilha se dá por intermédio da relação médico/paciente, na área da psicologia, em que o primeiro busca no discurso do segundo, fragmentos de verdades

ocultas que necessitam de certa atenção para compreensão. Mas tal atividade não se dá de forma simples. O autor do discurso de partilha luta para manter-se alerta e ocultar certas verdades a serem ditas, perpetuando a partilha, “Se para curar os monstros é necessário o silêncio da razão, basta que ele se mantenha alerta e a partilha permanece” (FOUCAULT. 1971, s/p).

Contudo, a ideia excludente da partilha consiste na escuta. Embora o que seja dito seja considerado a verdade do autor, é ignorada e desacreditada, por se tratar de um discurso que não se baseia em verdade, como o que se apresenta a seguir.

Essa partilha ocorre também na universidade, quando os alunos ingressantes afirmam não ter domínio tecnológico algum, sendo desacreditados, uma vez que se vive no século dito completamente tecnológico. Em terra de cego, quem tem um olho é Rei. Discurso difundido na sociedade e retransmitido gerações à frente, semelhante à ideia de que quem tem domínio sobre as tecnologias estará à frente dos demais no mercado de trabalho.

O discurso de busca pela verdade, ou a oposição entre o verdadeiro ou falso, foi durante séculos, obtido apenas de quem compreendia e dominava determinado conhecimento. Em toda busca pela verdade existe o exercício do poder, haja vista a disseminação de uma verdade estrategicamente elaborada e adequadamente distribuída para a sociedade, visando mascarar outra verdade que não pode ser facilmente identificada sem que se conheça o autor do discurso. Conhecer o sujeito e sua história de vida é essencial para a compreensão dos interesses contidos no discurso da verdade.

Fischer (2001) nos alerta que existem na sociedade alguns temas imbuídos em relações de poder, ao mesmo tempo em que produzem certos saberes, “tais temas dizem respeito à fixação em saber a verdade do sujeito, em constituir os sujeitos como o lugar da verdade, em construir para todos e cada um de nós discursos “verdadeiros” (p. 201).

Tudo se passa como se a partir da grande partilha platónica a vontade de verdade tivesse a sua própria história, que não já a das verdades que constroem: história dos planos de objectos a conhecer, história das funções e posições do sujeito que conhece, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento. (FOUCAULT. 1971, s/p)

Em outras palavras, Foucault nos explica que para que o discurso seja verdadeiro, ele necessita embasar-se em outro discurso que o reafirme. Pensando dessa forma, todos os

trabalhos acadêmicos são baseados na busca da verdade, necessitando de reafirmação de discursos ditos verdadeiros.

A própria mídia, como nos conta Fischer (2001, p. 212), é lugar de onde várias instituições e sujeitos falam, disseminando discursos ditos “verdadeiros”, também atuando como criadora de um discurso próprio.

A sociedade, interiorizando esses discursos ditos “verdadeiros”, acaba por segui-lo e reproduzi-lo em outros espaços. A moda, por exemplo, é diariamente atualizada pelos ditos gênios fashionistas das grandes indústrias de vestuário, sendo nesse discurso de quem compreende do assunto, que a sociedade se apoia ao vestir-se “adequadamente”.

Foucault, ainda no que tange a busca pela verdade, exemplifica tal afirmação em consonância com o sistema penal, que busca justificar suas sentenças em teorias de outras disciplinas, “como se na nossa sociedade a própria palavra da lei só pudesse ter autoridade por intermédio de um discurso de verdade” (FOUCAULT. 1971, s/p).

A própria constituição do currículo da formação de docentes, possui disciplinas e elementos que elegem as TIC como conhecimento indispensável para o professor, com base em teorias, tais como a de Klammer (2016, p. 181), ao nos dizer que “O uso do computador, por exemplo, permite o acesso à internet para consultas às bibliotecas e a informações mundiais”.

Como toda e qualquer construção do saber, o currículo, que é uma proposta para a construção desse saber, se baseia em outros discursos para tomar forma e ser legitimada a ponto de cristalizar-se e tornar-se um discurso de verdade.

Outro exemplo de oposição entre o verdadeiro e falso, estão duas verdades contrapostas, ambas as verdades para grupos de sujeitos diferentes, identificado durante leitura de reportagem escrita por Pablo Guimón, para o jornal *El País* em março de 2019. Toda a matéria gira em torno de uma diferenciação, entre crianças de classe média e alta. O enunciado já exprime essa ideia, “Os gurus digitais criam os filhos sem telas”.

A matéria informa que grande parte das escolas do mundo se esforça para introduzir tecnologias em suas atividades, enquanto uma em específico, a *Waldorf of Peninsula*, que educa os filhos dos administradores das grandes empresas tecnológicas, só insere essas tecnologias a partir do Ensino Médio.

Isso se dá pelo fato de acreditarem que toda base do conhecimento deve ser construída sem ajuda tecnológica, para que ao utilizá-las mais tarde, saibam e compreendam como funcionam. Em contraposição, segundo autor da matéria, as escolas anunciando

programas em que cada criança terá seu próprio *Ipad* e com tecnologias espalhadas em todos os cantos.

Nessa mesma matéria, surge um enunciado interessante, “A Verdade Sobre a Tecnologia”, oriundo de uma tentativa de atribuir um código de ética sobre as ferramentas tecnológicas ofertadas diariamente para bilhões de pessoas no mundo.

Em análise, não nos caberia identificar que verdade seria essa, acerca das tecnologias, mas ir a fundo removendo as camadas desse enunciado, verificando, por exemplo, quais os efeitos desse discurso? A quem ele atende? Quais as materialidades que compõe esse discurso? Documentos? Pesquisas de satisfação? Quais as relações de poder? No decorrer da análise dessas respostas se constrói a análise, identificando os pontos e contrapontos.

Por um lado os gurus digitais, cujos filhos são educados sob uma perspectiva de aprender a fundo os processos de funcionamento tecnológico. De outro, as demais crianças, que aprendem a usar as tecnologias e seus benefícios. Fica explícito o caráter de controle e estipulação da diferenciação entre sujeitos. A perpetuação de uma classe que sabe como funciona e sabe como produzir tecnologias, em contrapartida a uma classe de usuários.

Foucault (1971) descreve as características anteriormente apresentadas, classificando-as como processos de exclusão a partir do exterior, que são diretamente ligadas ao desejo e poder. Mas o discurso também se dá de outras maneiras com intuítos diferentes, de procedimentos internos, voltados ao controle do acontecimento e acaso.

Trata-se de discursos primeiros cuja sabedoria implícita e não compreensível de apenas uma maneira se perpetua pelo decorrer da história e do tempo, gerando novos entendimentos e conseqüentemente novos discursos. É como se ao lêssemos ou ouvíssemos tal discurso, fosse captada alguma riqueza que precisasse ser compreendida, ao contrário de outros que são esquecidos logo após serem proferidos.

[...] coisas ditas uma vez e que são preservadas, porque suspeitamos que nelas haja algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode suspeitar-se que há nas sociedades, de um modo muito regular, uma espécie de desnível entre os discursos: os discursos que "se dizem" ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem no próprio acto que lhes deu origem; e os discursos que estão na origem de um certo número de novos actos de fala, actos que os retomam, os transformam ou falam deles, numa palavra, os discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, *são ditos*, ficam ditos, e estão ainda por dizer. (FOUCAULT. 1971, s/p)

Partindo desse princípio, Foucault nos apresenta o comentário, que consiste na reprodução do que já foi dito em uma multiplicidade de formas, atendendo não ao acaso do discurso, mas pelo acontecimento que invocou seu retorno. Fischer (2001, p. 213) conta que os discursos se multiplicam no discurso da mídia, fundamentados em várias disciplinas, como o jornalismo, as artes, as tecnologias da comunicação, criando, recriando e transformando esses discursos para o surgimento de novos outros.

A palavra Pedagogia, por exemplo, surge na Grécia Antiga, com o significado de condutor da criança. Na Grécia Clássica, pedagogo era o escravo que conduzia os meninos até o *paedagogium*. Com o decorrer da história e do lugar, o pedagogo assume outros papéis, deixando de ser o escravo que conduz, para se tornar o indivíduo que conduz a criança ao conhecimento. Assim como Foucault nos mostra, o comentário transcende gerações e embora o discurso pareça diferente, a essência é a mesma “o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do seu retorno” (p. 7).

Segundo Castells (1995, apud. KLAMMER 2016, p.179), as tecnologias se desenvolveram em velocidade espantosa, entre os anos 70 e 90, como uma espécie de segunda Revolução Industrial, realizando aplicações nas tecnologias geradas, tornando o mundo um lugar menor em aspecto de comunicação.

Tais aplicações na própria tecnologia gerada são referências do surgimento de computadores gigantesco com capacidade de suportar programas que tornaram o sistema de envio de cartas escritas à mão, obsoleto, trazendo a possibilidade de enviar textos com alguns cliques, por intermédio do e-mail. Mais tarde, dispositivos cada vez menores, com aplicativos e programas cada vez mais acessíveis, possibilitando envio de dados, arquivos, mensagens e realização de chamadas, não apenas de áudio, como também de vídeo.

Percebe-se que no decorrer dos anos a ideia que se tinha de tecnologias evoluiu bastante, e com ele, o discurso que o cerca, ditando ser um conhecimento necessário para a sociedade do novo século, prometendo acesso rápido e fácil a informações, comodidade e praticidade.

Para além do comentário, Foucault (1971, s/p) aponta o autor como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem das suas significações, como lastro da sua coerência.” O autor, na Idade Média, visto como o afirmador da verdade contida em sua obra, aquele com plenos domínios em determinada ciência, passa a ser essencial para compreensão de seus trabalhos.

[...] a todas essas narrativas, a todos esses poemas, a todos esses dramas ou comédias que circulavam na Idade Média num anonimato mais ou menos relativo, a todos eles é-lhes agora perguntado (e exige-se-lhes que o digam) donde vêm, quem os escreveu ; pretende-se que o autor dê conta da unidade do texto que se coloca sob o seu nome ; pede-se-lhe que revele, ou que pelo menos traga no seu íntimo, o sentido escondido que os atravessa ; pede-se-lhe que os articule, com a sua vida pessoal e com as suas experiências vividas, com a história real que os viu nascer. O autor é o que dá à inquietante linguagem da ficção, as suas unidades, os seus nós de coerência, a sua inserção no real. (FOUCAULT. 1971, s/p)

Pinto (1989, p. 25, apud. FISCHER. 2001, p. 206) ao abordar a temática de sujeito dos discursos, nos indica que o sujeito social é diretamente constituído pelo discurso, “não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos”.

O autor, segundo Foucault, se escreve em suas obras, deixando traços de si em seus textos, assim como suas ideias, convicções e personalidade. Ao contrário do comentário que funciona como uma repetição do mesmo de acordo com uma identidade, o autor limita-se a subjetividade do eu.

Contudo, esse sujeito da linguagem, de acordo com Fischer (2001), “não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem”.

Nesse aspecto, podemos verificar em diversos textos cujos autores se propõem a discorrer sobre as TIC, apresentando uma visão diferenciada para cada um deles, subjetivamente, trazendo para seus textos aspectos de suas próprias experiências, pesquisas e/ou linha de raciocínio, apontando ora benefícios, ora malefícios e até ambos no mesmo texto. E para além dessa apresentação, o autor influencia e/ou complementa os discursos gerados sobre essa temática. Portanto, pode-se dizer que o autor possui influência na formação e comprovação dos comentários, mas que os comentários não interferem nas produções de um autor, por se tratar de um processo de construção subjetiva.

Para opor-se aos princípios apresentados anteriormente, existe o de disciplina, que ao contrário do autor, não necessita da individualidade e sim de todo e qualquer conhecimento que se apresentar. E em contraposição ao de comentário, não seguindo o limiar da formação da identidade por intermédio da repetição para constituição do novo e sim da descoberta do que é necessário para a constituição do novo.

Além disso, a disciplina não pode ser constituída apenas da unificação de todas as verdades sobre determinado conteúdo, e sim, dos erros e acertos, que possuem funções positivas para a constituição da disciplina.

Na obra de Valente, “Educação a distância” (2011), há um exercício de pontos e contrapontos, que exprime adequadamente a ideia de formação do processo de disciplina de Foucault, em que os autores envolvidos na produção da obra discutem acerca dos prós e contras da Educação a Distância - EaD.

Nesse processo são levantadas questões como a possibilidade de atuação de professores sob a perspectiva construtivista, enquanto por outro lado, contrapondo-se, há a ideia de que não se alcançou ainda o objetivo principal da formação do aluno, em nível intelectual, emocional e ético, tanto na educação presencial, quando à distância.

O construtivismo na educação surgiu com Jean Piaget (1920), se apoiando sob a ideia de construção do conhecimento por intermédio de métodos. Para isso é necessário que se compreenda o professor como mediador e o aluno como indivíduos que já possuem algum tipo de experiência e conhecimentos que devem ser levados em consideração. Contudo, indo a contrapartida, essa perspectiva construtivista na EaD é rebatida ao se levantar questões ainda nem resolvidas nas aulas presenciais. Esse movimento entre erros e acertos é o que estabelece um discurso com base nas disciplinas.

Segundo Foucault (1971. s/p), é na diversidade dos comentários, na subjetividade do autor e na constituição de uma disciplina que se estabelece o discurso. Embora seja um procedimento de constrangimento, pode-se afirmar que é exatamente por esse motivo que possui um papel “positivo e multiplicador”, já que a restrição imposta nesse processo é o que garante suas qualidades.

Vimos, anteriormente, que o discurso possui procedimentos que o controlam, sendo eles decorrentes de características externas (interdito, partilha e vontade de verdade), que visam expurgar do discurso aspectos de desejo e poder, e internas (comentário, autor e disciplina), que visam o aparecimento e acaso do discurso. No entanto, há outro procedimento de controle, mas este possui o interesse de limitar o acesso, delimitar regras e controlar seu aparecimento.

Segundo Foucault (1971, s/p), há uma rarefação dos sujeitos falantes, os procedimentos que deixam de fora qualquer sujeito que não cumprir as exigências do discurso, ou não estiver qualificado para tal. Embora nos diga que os discursos se encontram em níveis diferentes de acesso, sendo alguns mais restritos “diferenciados e diferenciantes”, e outros abertos e aparentemente sem restrições aos sujeitos.

Essa característica nada mais é do que uma monopolização do discurso por intermédio de três aspectos: o ritual da fala define qualificação, comportamentos, efeito e eficácia sobre o público a quem se dirige. Sociedade de discurso visa à produção do discurso

de circulação interna e com sua distribuição para o exterior de forma a preservar o interesse de quem o produziu. Por fim os grupos doutrinários que ao contrário da sociedade do discurso, espalha-se para um número incontável de indivíduos, agregando-se do discurso desde que respeitando as mesmas verdades que propõe.

Ao lembrar minha época de Ensino Médio, entre os anos 2005 a 2007, em que estive matriculado em uma Escola Estadual, localizada na zona norte de Manaus/AM, consigo visualizar perfeitamente as caixas de som devidamente instaladas em cada sala de aula.

Na época, nós alunos, não sabíamos muito bem do que se tratava, hora cívica talvez – pensávamos – mas logo descobrimos a real funcionalidade das misteriosas caixas de som. Havia na sala da direção uma mesa de som, que controlava todo e qualquer conteúdo a ser disseminado nas salas de aula.

A princípio as caixas eram usadas apenas para convocação de alunos para uma rápida visita à sala da direção. Logo depois, descobriu-se uma nova utilidade, a disseminação de informações. Assim todo conteúdo informativo referente à escola, era transmitido via rádio para todas as salas de aula.

Partindo da premissa de que a gestão escolar se encarregava da disseminação das informações, esta estipulava seu próprio ritual de fala, pensado e adequadamente elaborado para atingir determinado público. Como geralmente os comunicados diziam respeito a eventos da escola, a programação era discutida pelo corpo docente, a quem entendemos como sociedade do discurso, para enfim, chegar ao ouvido do público, nós alunos, grupos doutrinários.

A educação, segundo Foucault (1971, s/p) é pensado como o instrumento que garante à população o acesso a todo tipo de discurso, assim como para Fischer (2001) a mídia é o lugar por onde vários discursos são disseminados na sociedade. É uma instituição formadora de opinião, ritualizadora da fala, qualificação e fixação dos papéis do sujeito. É onde se toma para si todo tipo de discurso, incluindo seus poderes e saberes.

É na escola que o indivíduo se “forma”, por onde se entregam os cidadãos à sociedade. É onde recebe toda a instrução do saber – discursos de fala e escrita – de profissionais que já passaram por todo esse processo de construção do conhecimento ritualizado, no qual têm acesso às regras de comportamento, de promoção do sentimento de pertencimento de grupo.

No âmbito da filosofia, são apresentados três temas que propõe a ideia de verdade ideal, pensando o discurso de forma racional e ético acerca do desejo da própria verdade e o poder de pensar sobre ela. Tal mecanismo refere-se à soberania do sujeito, em que se divide

em três características diretamente relacionadas, sendo o sujeito fundante, experiência originária e mediação universal.

Subentende-se que há um sujeito e um objeto, no qual o primeiro discorre acerca do segundo, originário de uma experiência prévia, de forma que todo ser disposto a fazer parte da ordem do discurso consiga compreender.

No que se refere à apropriação da língua para atribuir significado a ela, apresenta-se o tema do sujeito fundador. Este se encarrega de atribuir sentido às formas vazias da língua, sentido este que servirá de fundamento para as ciências.

A compreensão de sujeito como atribuidor de sentido à linguagem se dá ao imaginarmos a gama de significados que a palavra possui. Principalmente na atualidade, quando se ditam frases de efeito, geralmente nas mídias, oriundos da fala de famosos. Muito dessa ideia é possível de constatar em personagens de novelas, que são construídos para se parecer com o povo, as massas, e conseqüentemente fazê-los identificar-se com esses personagens, usando frases de efeito que serão reproduzidas por vários e vários anos, mas que se pararmos para analisar ao pé da letra, não exprime o significado dado a ela.

O tema da experiência originária baseia-se na utilização de experiências das próprias experiências. É por intermédio delas que o sujeito elabora seu discurso, desvendando seus significados, sendo possível conceber uma forma da verdade vista por ângulos diferentes, que possibilitam o surgimento de novas experiências.

No âmbito das tecnologias, utilizando um jogo de MMORPG (Massively Multiplayer Online Role-Playing Games) muito conhecido, inclusive jogado por mim durante alguns anos, *World of Warcraft*, existe muito dessa ideia de experiência retirada de outras experiências a fim de construir discursos, ou seja, modos corretos de ver e dizer sobre as pessoas e as coisas.

O jogo em questão, de mundo aberto, ou seja, possibilita a liberdade ao jogador de se locomover pelo mapa disponível pela programação, realizando missões e adquirindo níveis por intermédio de um contador de experiência. Por se tratar de um MMORPG, online, acessado por usuários no mundo todo, há de se perceber que as experiências adquiridas jogando se modificam de jogador para jogador, embora todos teoricamente vivenciem no jogo as mesmas situações.

Essas múltiplas experiências podem ser constatadas ao assistir aos vários vídeos de execução das missões postados no *youtube*, onde vários jogadores não apenas realizam as missões de formas diferentes, como também reproduzem suas percepções sobre as missões, demonstrando que para cada um deles houve uma vivência significativa.

O terceiro tema, mediação universal, trata da percepção do conhecimento (*logos*) baseado no próprio discurso, como se seu sentido viesse à tona. Tudo e todas as coisas podem se tornar um discurso, podendo ser identificada, possuir significado e significância para todo e qualquer sujeito.

Ao apresentar os três temas da filosofia, Foucault questiona o medo do conhecimento, ou como ele chama de “logofobia” que a sociedade desenvolveu, ignorando a riqueza de conhecimento por temer as falhas, desordens e violências que possam estar contidas nele. Foucault, em suas obras, sempre apresenta questões ou indagações, buscando, no decorrer de suas pesquisas, chegar ao fundo dos fatos que o levem a uma compreensão de uma possível resposta, esgotando os limites das possibilidades. No que se refere à questão da logofobia, apresenta como sugestão:

E se quisermos — não digo eliminar esse temor — mas analisar as suas condições, o seu jogo e os seus efeitos, é preciso, creio, resolvermo-nos a tomar três decisões, em relação às quais o nosso pensamento, hoje, resiste um pouco, e que correspondem aos três grupos de funções que acabo de mencionar: interrogar a nossa vontade de verdade; restituir ao discurso o seu carácter de acontecimento; finalmente, abandonar a soberania do significante. (FOUCAULT. 1971, s/p)

Ou seja, o ato de questionar todo o discurso imposto como verdade, remover o viés subjetivo oriundo do sujeito e a atribuição da importância do significante, sobre o próprio significado, não será possível se perceber dentro, ou pertencente, à ordem do discurso.

Para exemplificar, Almeida (2013), em sua narrativa nos diz que possui essa consciência ao propor.

[...] valorizar alternativas que possam subsidiar novas iniciativas voltadas à integração entre o currículo e as TDIC com vistas a impulsionar a produção de novos conhecimentos, a melhoria da aprendizagem, a transformação da prática pedagógica e a ressignificação do currículo.

Dessa forma, Foucault (1971) demonstra suas inquietações no que se refere à rejeição da vontade de compreensão do discurso, baseado no sentimento de recusa da verdade e na permanência da situação de sujeito alheio ao discurso, o qual ignora propositalmente, ou não, as vertentes originárias dele.

Entende-se que discurso é constituído por tudo o que está posto como uma visão da verdade, com base em características que a tornam aceitável. Contudo, há uma linha invisível no interior da formação do discurso, na qual se encontram segredos de sua constituição. Foucault não acreditava em sentidos ocultos transmitidos por intermédio do discurso, e sim no emaranhado de características e aspectos que o originaliza.

Fischer (2001, p. 198) nos conta que é necessário recusar antes de qualquer coisa, as explicações lógicas, o que se apresenta de primeira para fácil interpretação, e deixar de lado a busca do sentido oculto das coisas. Nesse ponto podemos inferir que é uma prática muito comum quando se trata de realizar análises. Sempre buscar o que há de obscuro, por detrás do que se analisa. Sempre pensando o que ele quis dizer com isso? Buscar conceitos de palavras que nos levem a compreender exatamente o que se quis dizer. Pelo contrário. A ideia é de ir ao limite do discurso, saber de onde e como surgiu, mas principalmente o motivo de seu aparecimento.

Para facilitar essa compreensão, Foucault identifica as unidades do discurso, em que se propõe a desconstruir noções da continuidade, para enfim, alcançar seu limite e verificar seus problemas teóricos. Ao buscar desconstruir essas noções de continuidade, podemos reafirmar a crença de que o sujeito é fruto do que se diz a respeito dele, negando que o sujeito é original, que suas decisões são fruto de sua própria vontade, quando na verdade é apenas uma construção de alguma visão da verdade, que segundo ele, pode ser pensada, criticada e modificada, para outra visão de verdade.

Fischer (2001, p. 207) nos traz essa ideia de “homem “sujeito da própria história”, capaz de transformar o mundo a partir da tomada de consciência”. Segundo a autora, esse homem tem a concepção de que ao se perceber dominado, opõe-se no sentido de algum dia chegar à condição paradisíaca de sujeito único, dono de si.

Pensando a arqueologia como procedimento, conforme a proposta de Foucault, diferindo, inclusive, a palavra “procedimento” de “método” ou “metodologia”, é possível figurativamente manusear os discursos, enquanto método ou metodologia remete à ideia de manual de como fazer, o passo a passo que deve ser seguido à risca. Foucault compreendia que tratar a arqueologia como procedimento era o jeito para lidar com os discursos.

Nesse sentido, visualizar o processo de procedimento quanto à arqueologia, pode-se dizer que consiste na ideia de cavar, não olhando o discurso pelo que ele é, mas como ele foi construído, onde, porque e para quem. Nesse procedimento não se deve preocupar em descobrir a origem das coisas e conseqüentemente não se preocupar em informar o fim. A ideia é entender como a gênese se cristalizou, tomou forma e se estabeleceu.

Na historiografia, por exemplo, o foco está no conflito, pois são os marcadores temporais, com os quais se acompanha o modo como esse conflito recoloca as questões e se reestabelece. Para Foucault, pós-estruturalista, o objetivo é recolocar o debate sobre a ação. Pensar o modo como a teoria da ação é produzida pelo sujeito. O importante não é ver a produção do discurso fortalecida pelo sujeito e sim pelos acontecimentos, focando no funcionamento do discurso e suas próprias produções.

As disciplinas também são abordadas, não em suas especificidades, mas na dimensão do saber, colocando a priori, todos esses discursos no mesmo nível, a fim de verificar quais são as relações de poder que costuram e hierarquizam esses discursos. Essa hierarquização não está no conteúdo, mas na disputa pelo poder dentro do cenário social. Sendo assim, o que importa no discurso não é o conteúdo, mas a forma.

Esse movimento de igualar os discursos é o foco das análises que pretendo realizar, com a identificação dos enunciados dispersos nos documentos que ditam a necessidade de produção do docente tecnológico. Nesse igualar, nos é possível pôr no mesmo nível de importância discursiva todo e qualquer discurso, independente de seu ponto de dispersão, para então tecer a rede discursiva.

Assim, é possível tratar ainda, arquivos e documentos, como fatos, para compreender qual o processo que o transformou num fato, verdade, documento legal. Nesse momento, se revela o procedimento, para (des)montar, ou reconstruir os acontecimentos que tornaram aquele documento um fato.

Para que esse procedimento seja possível, existem as modalidades do discurso e enunciativas, constituídas em quatro perguntas, que são: Quem fala? – levando em consideração que se trata de um sujeito pós-discursivo, constituído depois do discurso. Com a ausência da verdade absoluta e a constituição do sujeito com base no que se diz dele, o sujeito não é genuíno como pensa ser - De onde fala? – é tratar não como lugar, mas como espaço. Sendo possível identificar os discursos em várias coisas, como objetos, imagens, o próprio corpo - Porque fala? – compreender a materialidade do discurso. Todo discurso tem um por que - Para quem fala? – trata-se do sujeito constituído pelo discurso, o sujeito espelhado. Essas perguntas exprimem a ideia de que o importante não é o conteúdo, mas a forma.

O discurso ocorre no momento da interação, nesse caso, só existe discurso nas relações. Por esse motivo o sujeito é tido como pós-discursivo, pois está sendo construído com base nos discursos oriundos das relações. É só nessas relações que o sujeito se identifica e identifica o outro.

É importante, no entanto, para tecer uma rede discursiva, a proposta de desvelar o discurso como constituinte de Unidades. Pensar unidade do discurso é visualizar um agrupamento de discursos oriundos de espaços diferentes, mas com objetivos similares.

Ao trazer a proposta de tecedura discursiva acerca das TIC, é possível contar com vários elementos que elas mesmas dispõem, tais como: músicas, teatro, jogos, aplicativos, novelas, filmes e tantos outros. Claro, esse movimento não deve ser feito apenas com enfoque nos discursos tecnológicos, pois a ideia é igualar discursos oriundos de vários pontos de dispersão.

Essa unidade é constituída de enunciados, que conforme nos explica Veiga-Neto (2014, p.94), ao discorrer sobre a obra de Foucault, é tudo e todas as coisas que exprimam algum conhecimento, aceito e reproduzível.

O enunciado é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia a dia, para constituir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem.

Conforme nos esclarece Costa (2017), mesmo os enunciados sendo constituidores de uma unidade do discurso, não se podem toma-los como indicadores de compreensão das coisas, ou que as nomeia, mas como função, já que se entende como elemento histórico que pode surgir ou ser construído em/por qualquer época.

As TIC, por exemplo, logo em seu surgimento, foram utilizadas como organizadoras de dados e possibilitava a conexão entre os computadores das universidades e do governo. Hoje, por outro lado, surge com novas funções e propósitos, o de conectar pessoas em tempo real em vários cantos do mundo, bem como oferecer ferramentas de busca e pesquisa em qualquer temática a qualquer hora, inclusive na palma das mãos.

Fischer (2001), caracteriza a função enunciativa em quatro elementos básicos, sendo eles um princípio de diferenciação, um sujeito ou posição a ser ocupado, um campo associado que coexista com outros enunciados e uma materialidade específica.

Segundo sua linha de raciocínio, aplicando ao objetivo deste, o primeiro princípio pode-se dizer que se trata de um docente tecnológico, em oposição ao docente tradicionalista que se opõe às tecnologias, ou docente não tecnológico. O sujeito identificado como docente tecnológico, situando um posicionamento. O campo de associação dos enunciados seriam

todas as outras áreas do conhecimento que produzem profissionais ditos tecnológicos. Quanto à materialidade, seriam os documentos de formação inicial do professor.

Assim, podemos compreender as funções enunciativas, que buscam não seu sentido na linguagem de forma denotativa, mas suas expressões de saberes, disseminadas através do tempo, de diferentes formas, mas de sentido inalterado, bem como suas relações de poder e controle social.

Sendo a proposta deste capítulo a de trazer a “programação” – ou seja, algo pensado com alguma finalidade, não originário ou natural - do discurso, atribuindo a esse movimento, explicações embasadas na “programação” das TIC, estabelecendo e redefinindo essa aproximação entre discurso e tecnologias, no sentido de demonstrar suas identidades como ferramentas com objetivos preestabelecidos, embora sua intencionalidade seja distinta, uma visando controle e poder, enquanto a outra é dita como auxiliar na execução de tarefas humanas, dou por encerrada a primeira fase desse jogo de construção de saberes e parto para uma nova fase, ainda mais desafiadora, a de ver e analisar os discursos.

CAPÍTULO II – DISCURSO DE “PROGRAMAÇÃO” INICIAL DE PROFESSORES E TIC

O discurso, como ferramenta de construção do ser, sob a concepção de Foucault, nos leva a caminhar por um caminho diferenciado de pesquisa, da qual nos afastamos propositalmente da normalidade da construção do saber científico, ao mesmo tempo em que nos aproximamos de um aporte teórico-metodológico voltado para a compreensão das produções desse discurso.

Dessa maneira, propõe-se, ao utilizar a ferramenta do discurso, atender às especificidades desta produção, no que se refere ao mapeamento de ideias da “programação” inicial de professores, que constituem a identidade docente tecnológica, atribuindo ao professor a necessidade de não apenas conhecer, como também dominar as tecnologias.

2.1 – ESTABELECENDO UMA CONEXÃO PARA OLHAR

É necessário caminhar. Traçar um itinerário não muito preciso, uma direção, apenas, para os pés. Caminhar passo a passo. Não saber o que é que se vai encontrar por detrás de cada curva, de cada encruzilhada. Caminhar sob a chuva, sobre a lama, até a fadiga. Aguardar as dádivas da fadiga. Buscar um ritmo para cadenciar os pés, o olhar, a escritura. Tocar a cidade com os pés, com os olhos, com as palavras. Deixar se tocar por ela.

(Jorge Larrosa)

Neste item, pretendo narrar sobre este caminhar impreciso e cheio de bifurcações que delineou o percurso teórico-metodológico deste trabalho. Admito que não foi fácil a tarefa de compreender como se dá o processo de análise numa perspectiva do discurso, mas fiz a opção

de investir em outras lentes para problematizar a formação inicial de professores, devido a profundidade que este estudo agrega à minha formação.

Ao decidir usar o discurso como ferramenta teórico-metodológica, é importante salientar que as tentativas de conceituações e caracterizações descritas no primeiro capítulo dessa monografia, servem como modo de organizar e desenvolver o processo de investigação, ou seja, ao explicitar acerca do enunciado e afirmar que eles constituem o discurso, buscamos na empiria eleger os enunciados que atuam na produção de uma identidade docente tecnológica. Desse modo, todo o primeiro capítulo já fala sobre a “metodologia”, visto que ao afirmar como o discurso funciona já se está explicando como é realizada a análise.

Fischer (2001) considera que a análise de enunciados possibilita a captura de acontecimentos que transitam pela formação do discurso de modo que “esses feixes de relações faz com que as coisas possam ser ditas, num tempo e lugar” (p. 373). A autora ainda afirma que descrever um enunciado é dar conta de um conjunto de enunciados que cria um objeto apoiado em uma formação discursiva que estabelece uma significação e que permite o que pode e o que não pode ser dito, no caso deste trabalho, o que pode ser dito ou não sobre a relação entre formação inicial de professores e TIC.

Portanto, assumo um percurso pautado na perspectiva pós-crítica, que segundo Paraíso (2014), têm sido embasada por várias vertentes como o pós-estruturalismo, os estudos de gênero, o pós-modernismo, o pós-colonialismo, o pós-feminismo, os estudos culturais, os estudos étnicos e raciais, o pensamento da diferença e os estudos *queer*.

As possibilidades oriundas dessa vertente me permitem constituir análises sem esbarrar em métodos limitantes, sem desconsiderar as produções de outras teorias, conforme afirma Paraíso e Meyer (2014, p.27): “ocupamo-nos do já conhecido e produzido para suspender significados, interrogar os textos, encontrar outros caminhos, rever e problematizar os saberes produzidos e os percursos trilhados por outros”.

Uma vez que essas teorias pós-críticas nos permitem “ler” os artefatos culturais, para então proceder com sua desconstrução e desnaturalização do “e”, ou seja, outros modos de ver e dizer a relação entre formação inicial de professores e TIC, voltei-me aos principais documentos da formação inicial de professores que constituem a empiria dessa pesquisa, sendo estes a Constituição Federal de 1988, a LDB nº9.394/96 e a Resolução nº02, de 1º de julho de 2015.

Após a eleição de tais documentos, fiz a leitura de cada um deles e destaquei todos os excertos onde aparecia a palavra tecnologia ou outra palavra/frase/trecho que produzisse a ideia de TIC. Ao aproximar todos os excertos, procurei agrupá-los por efeito, sendo assim,

todos aqueles que apontavam uma suposta necessidade do domínio tecnológico por parte dos professores ficaram em um mesmo grupo e assim consegui identificar oito enunciados, sendo eles: Noções de tecnologia como base da formação do cidadão; Educação profissional tecnológica como aptidão para a vida produtiva; Tecnologia como conhecimento do homem e do meio em que vive; Tecnologia como ferramenta de atuação docente; Necessidade das TIC para aprimoramento da prática pedagógica; Tecnologias como habilidades necessárias para desenvolvimento da autonomia e da aprendizagem; Tecnologias como conteúdo essencial na formação de professores; e Estímulo à manutenção da identidade tecnológica com objetivo de promoção do desenvolvimento tecnológico do País.

Em uma segunda análise, percebi que alguns desses enunciados eram muito próximos de outros e fiz as junções necessárias, o que gerou três enunciados: Noções de Tecnologia como base da formação do cidadão; Tecnologia como ferramenta de atuação docente; e Tecnologia como propriedade da ciência e da escola. A partir da descrição e problematização de cada um deles dentro do discurso legal, identifiquei que outros discursos estão dispersos nestes enunciados e faço a tessitura da rede discursiva.

Para nos situarmos ao nos deparar com os documentos legais, é necessário que se faça um apanhado de seu contexto histórico, demonstrando em que momento e de que maneira ocorre a construção desses documentos e principalmente, sob quais perspectivas são vistas.

A Constituição Federal de 1988 é oriunda de um período de intenso movimento político e social no Brasil. Seu surgimento foi necessário após o período da ditadura militar (1964 – 1974), que pode ser dividido em duas fases: autoritarismo e de abertura política, conforme nos conta Resende (2018).

A fase do autoritarismo é marcada pela extinção dos partidos políticos, sendo formados apenas dois, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, que apoiava o governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, que se opunha a ele. Nesse período os militares cometeram diversas atrocidades em nome da “ordem” e do “progresso”, incluindo a censura à imprensa, repressão às manifestações, incluindo o assassinato de um estudante no Rio de Janeiro.

No final do período de expansão do autoritarismo, houve uma explosão na economia, conhecida como o milagre econômico, resultado do aumento do Produto Nacional Bruto – PNB, maiores incentivos fiscais por parte do governo, grande fluxo de exportações e grandes obras públicas. Porém, essa explosão foi passageira, culminando no desgaste ainda maior da

imagem do governo militarista, uma vez constatado que esta apenas deixara os ricos ainda mais ricos, enquanto os pobres permaneciam estagnados às margens.

Assim se iniciou o período de abertura política, o qual o governo militarista acreditava ser a resposta para manter-se no poder de forma mais amena, diminuindo as repressões, libertando a imprensa da censura, anistiando os exilados, e é importante lembrar, perdendo àqueles que cometeram crimes e atrocidades em nome do governo.

Essa abertura política deu a oportunidade da recriação dos partidos políticos, na qual a ARENA mudou seu nome para Partido Democrático Social – PDS, enquanto a oposição se transformava nos vários partidos que vemos hoje. Esse novo quadro político é que possibilitou, em dezenove (19) meses de assembleia, a construção da então chamada de Constituição Cidadã.

Com a Constituição Federal de 1988 se fez necessário repensar as diretrizes norteadoras da educação brasileira, dando início às discussões acerca da reconfiguração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ao outorgar à União competências de legislação à educação brasileira.

Sua primeira versão, ainda em 1961 passou por várias modificações e implementações até sua última em 1996, supostamente para atender às necessidades do “novo sistema político, democrático”, pós-golpe militar. Nesse período ajustou-se para o desenvolvimento universitário, com a lei de 1968. Em 1971, voltou-se ao ensino primário e médio.

Mas foi após a Constituição de 1988 que a LDB (1961), passa a ser pensada de modo a instituir-se a ela a ideia de educação democrática, em defesa de escolas públicas e democráticas, sendo aprovada em assembleia após intervenção de cerca de quarenta entidades e instituições, dentre opositores e apoiadores da substitutiva.

Em 1993, as modificações no texto da proposta de Lei, realizadas nos seminários e debates foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, sendo encaminhada ao Senado como Projeto de Lei da Câmara nº101 de 1993 e posteriormente aprovada, tendo seu texto final sido aprovado novamente em Câmara e sancionado pela Presidência da República sob a Lei nº9.394/96.

Com a LDB (1996) vigente, são eleitas novas habilidades e responsabilidades, ditas necessárias, a fazer parte do repertório do docente, sobretudo em sua Educação Superior, levando em consideração as recentes mudanças no cenário político e socioeconômico do país.

Cerca de nove anos depois, após vários debates ocorridos dentro do grupo de interesse nas mudanças da formação docente, professores da educação básica e superior, bem

como a formação de uma Comissão Bicameral, composta por esses grupos, foi proposta e aprovada a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, pelo Conselho Nacional de Educação, a fim de definir “*as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*” (grifos do autor) (BRASIL, 2015, s/p). Dessa forma, tem como objetivo a instituição de exigências da formação inicial dos professores de licenciatura e formação continuada, alocando no centro da proposta, a instituição da prática pedagógica, conforme nos informa Barros (2017, p.2).

[...] o atendimento às deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e à meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) confere uma legitimidade expressa no alinhamento das normativas em sede de Formação de professores e o respeito à hierarquia das Leis, princípio jurídico básico. Há também a preocupação com a organicidade das políticas educacionais, na expectativa que esta Diretriz seja o espelho daquilo que é preconizado no PNE e sentido nos sistemas de ensino de um modo geral. (BARROS. 2017, p. 2)

Nesse sentido, Barros (2017) nos informa que as Instituições de Ensino Superior, devem se adequar à legislação vigente, aos documentos norteadores da formação docente, bem como atendendo suas especificidades, tais como a centralização das práticas pedagógicas, que instituem e exigem uma gama de habilidades e conhecimentos desse profissional.

Esses são os documentos utilizados para o desenvolvimento da análise dos discursos, sempre respeitando o pressuposto foucaultiano, conforme nos demonstra Foucault (2000 apud PARAÍSO. 2014, p. 29), “a verdade é uma invenção, uma criação. Não existe a “verdade”, mas sim, “regimes de verdade”, isto é, discursos que funcionam na sociedade como verdadeiros”.

Com o princípio da globalização e industrialização, diz-se que as tecnologias têm aberto caminhos em vários âmbitos científicos, tais como a medicina, a biologia, a astrologia e outros mais, como a própria pedagogia. No entanto, o intuito aqui não se restringe ao simples fato de verificar as motivações e necessidades do professor, em utilizar essas tecnologias para facilitar ou auxiliar seu trabalho em sala de aula, mas sim, identificar os discursos que elegem o domínio tecnológico como exigência para a docência.

Ao eleger os principais documentos norteadores da formação inicial de professores licenciados em Pedagogia, posso mapear os enunciados que emergem, estabelecendo uma

rede de discursos que se entrelaçam e/ou se distanciam, não buscando uma gênese, muito menos buscando explicar o ponto final, mas desvelando as relações de poder que se estabelecem nesses discursos.

Sendo assim, o enunciado é a compreensão do discurso que não é diretamente vinculado aos signos, mas o que exprimem de conhecimento que foi repassado e que é assimilado assim que se entra em contato com ele, como por exemplo, a afirmação de que as crianças do século XXI são pertencentes a uma geração de crianças tecnológicas, que já nascem praticamente dominando as tecnologias que a cercam.

Toma-se deste enunciado que toda criança já nasce cercada da tecnologia e que por esse motivo ela desenvolve rapidamente as habilidades necessárias para manuseá-las, não por já nascer com tal proficiência, mas por assimilação, ou seja, ela observa o adulto em contato com a tecnologia e dessa forma, se familiariza com ela. Embora se saiba que tal discurso se perpetua pela sociedade justamente por estar sendo reproduzida, quando na verdade a criança obtém essas habilidades justamente por estar sendo inserida nesse mundo tecnológico desde cedo, por uma “necessidade” de se formar uma criança preparada para as tecnologias, já que o mundo é tomado como tecnológico.

Desse modo, realizando as análises à luz dos trabalhos do filósofo Michel Foucault, que nos apresenta não uma metodologia, no sentido moderno da palavra, mas no que se refere ao processo de interrogar e analisar questões sem necessidades de se ater a regras, ou seja, nos propõe a olhar as coisas como não naturais ou verdadeiras. Com isso, Foucault (1971) nos agracia com sua compreensão acerca da análise do discurso, ao apresentar suas características.

Portanto, como nos elucidava o autor Alfredo Veiga-Neto (2014), ao situar Foucault, em sua obra *Foucault & a Educação*, não se pode esperar uma linha clara e única de compreensão de determinado discurso, uma vez que o próprio filósofo fazia movimentos de ida e vinda, construção e desconstrução, para então alcançar uma nova compreensão de sua pesquisa.

É nesse movimento de busca, no limite dos discursos, que se pretende chegar ao rio turbulento pelo qual tantos enunciados transbordam, submergem e ressurgem nas margens, não de forma desordenada, mas sincronizada, afastando de si o que lhe é estranho, expulsando de seu meio para fora, e conduzindo embarcações de acordo com seu fluxo.

2.2 – A (RE)PRODUÇÃO DE UM PERFIL DOCENTE TECNOLÓGICO

Hoje, o tirano governa não pelo cassetete e pelo punho; mas, disfarçado em pesquisador de mercado, ele conduz seu rebanho pelos caminhos da utilidade e do conforto.

(Herbert Marshall McLuhan)

Utilidade e conforto são duas das principais características atribuídas às tecnologias. Ir ao banco fazer uma transferência ou mesmo um empréstimo, fazer compras, pagar contas, ler o jornal do dia, ou ouvi-lo, tornaram-se tarefas práticas com o desenvolvimento das tecnologias.

Ao professor, como pertencente a um grupo social, que fazia suas atividades, tais como chamada ou planejamento, a próprio punho, é atribuída a utilização dessas tecnologias. Para a grande maioria, elas trazem benefícios, como a otimização do tempo realizando tarefas que antes eram feitas à mão, mas esse discurso de docente tecnológico é construído para benefício da docência, ou para o atendimento das necessidades do momento histórico em que vivemos?

Com a compreensão das análises do discurso, segundo Foucault, bem como a identificação dos documentos de formação do professor, parto para a parte mais desafiadora e minuciosa, que são as análises dos excertos que produzem uma suposta identidade do docente “dito” tecnológico, dividido não por documento, mas por enunciados, que expressam seus interesses por uma unidade discursiva.

2.2.1 - Enunciado 1: Noções de Tecnologia como base da formação do cidadão.

O “ser” cidadão tem se modificado com a história, ganhando novas atribuições e novos modos de se “dizer” pertencente ao meio social. Há nem tanto tempo, cidadão era apenas aquele que cumpria com suas obrigações sociais de possuir documentação de identificação social, iniciar seu processo educacional, ser inserido no mercado de trabalho, estar quite com suas obrigações eleitorais, e agora, com o desenvolvimento das tecnologias, o cidadão deve ainda possuir habilidades tecnológicas para acompanhar as mudanças nesse campo que estão inseridos nas diversas áreas da sociedade.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Capítulo II referente à Educação Básica, Seção III referente ao Ensino Fundamental, encontrei o seguinte excerto que institui a construção dessa identidade na educação básica.

Art. 32 – O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. (BRASIL. 1996, p. 32)

Sabe-se que tal necessidade surge, conforme o documento que o apresenta, em um período de reestruturação política e socioeconômica, pós-ditadura militar, em que ao tempo que busca garantir educação pública e de qualidade para todos, visa ainda o desenvolvimento do país por intermédio das tecnologias, que nesse período de 1996, já encontra-se crescente na sociedade, com a disponibilização de internet para todos.

Nesse sentido, a proposta de formar um cidadão com base na compreensão tecnológica, nada mais é do que uma tentativa de redefinir o cidadão do século passado, aquele sem acesso à informação em tempo real, que levava o tempo necessário para a entrega de uma correspondência para se manter informado, ou àquele que recorria apenas aos livros para ter uma visão, subjetiva do autor, da história. Mas isso também possui outro lado, obscuro.

A quantidade de informação propiciada pelas tecnologias, como vemos nos dias de hoje, pode ser maléfica, quando não tratada de forma adequada. Os discursos disseminados por intermédio dessas tecnologias carregam diversas intencionalidades, assim como nos diz Maria Luiza Florentino em seu poema “O mito da telinha” (2012).

A tecnologia, se usada para o bem
 Não tem contra-senso também.
 É como os demais instrumentos.
 Pra usá-los é preciso entendimento.

Não só a tecnologia
 Deve ser usada com maestria.
 É preciso competência
 Pra fazer a diferença.

Quando usado na escola
 O computador não extrapola.
 Tem a presença do professor
 Para ser o condutor.

Atribui-se ao professor a função de educar o cidadão, no novo formato social, de sujeito tecnológico, e para isso, esse docente também precisa possuir maestria no assunto, conforme Foucault (1971) nos explica, ao dizer que só fará parte do discurso àquele que for qualificado para tal. Dessa forma, surge o segundo excerto, dessa vez retirado da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que atribui qualidades e qualificações ao docente.

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

III – planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação; (BRASIL. 2015, p. 7)

Dessa forma, esse discurso formador da identidade docente, institui que o professor deve possuir várias habilidades que proporcionem ao aluno certa autonomia em uma sociedade cheia de regras e necessidades, sendo uma delas as tecnologias, como ditado pela resolução, sendo elas físicas ou virtuais.

Como formação do cidadão, pensa-se ainda na questão da educação familiar, que até então carregava grandes responsabilidades da entrega de uma criança “educada” e pronta para os ensinamentos educacionais ofertados pela escola. Contudo, o discurso expresso pelos documentos desqualifica a família, ao atribuir ao professor - ser detentor do conhecimento, inclusive no que se refere às tecnologias, qualificado para ensinar – a responsabilidade de ensinar com tecnologias, ofertando assim uma educação “dita” essencial para o convívio social.

A atribuir tais responsabilidades educacionais tecnológicas aos alunos, fica facultada à família, oriunda de um tempo anterior às necessidades tecnológicas, bem como uma educação com essas especificidades, a responsabilidade de transmitir esses saberes às crianças, excluindo assim do discurso, a família e qualificando o docente.

Há ainda, que se levar em consideração a contrariedade à “verdade” instituída pelo discurso de construção do docente tecnológico, que em contrapartida, a ordem do discurso exclui no processo, àqueles profissionais que por algum motivo decidiram parar no tempo e

não buscar atualização de seus conhecimentos para as necessidades do novo mundo, acreditando que sua forma de educar é tão eficaz quanto a que se apresenta por intermédio das tecnologias.

Dessa forma, identificamos várias nuances do docente. O docente tecnológico, o docente tradicional e àquele que conhece as tecnologias, mas não acredita ou não possui afinidade com tal aplicabilidade em sala de aula. Há como dizer qual dos três é o profissional produtivo? Dessa forma adentramos o terceiro excerto identificado no Capítulo III, da LDB, referente à educação profissional.

Art. 39 – A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (BRASIL, 1996, p. 40)

Sendo este o caso, o documento nos diz que o profissional produtivo é àquele que consegue integrar diversas ferramentas de complemento e auxílio educacional, incluindo as tecnologias, induzindo assim o docente a se construir tecnológico, para então, fazer parte da ordem do discurso. Como nos diz parte da entrevista feita por Nathalia Goulart (2012) com Guilherme Canela Godoi, coordenador de comunicação e informação no Brasil da Unesco.

Pergunta: Para os alunos, qual o impacto de conviver com professores ambientados com as novas tecnologias?

Resposta: As avaliações mais sólidas a esse respeito estão acontecendo no âmbito da União Europeia. Elas mostram que a introdução das tecnologias nas escolas aliada a professores capacitados têm feito a diferença em algumas áreas, aumentando, por exemplo, o potencial comunicativo dos alunos. (GOULART. 2012)

Ter como foco uma educação profissionalizante nos remete à educação tecnicista, com bases Taylorista, Fordista e Toyotista, que visa uma formação do cidadão com habilidades voltadas para a produção, com forte impulso provocado pela teoria do capital humano, que segundo Silva (2016, p. 203).

[...] gerou a concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação. Na concepção tecnicista, propagou-se a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, chancelando a noção de que os investimentos em educação devem ser determinados pelos critérios do investimento capitalista. Nessa perspectiva, a teoria de capital humano deslocou para o âmbito individual os

problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da Educação um valor econômico.

Com o desenvolvimento tecnológico no mundo e conseqüentemente no Brasil, parte da mão de obra foi automatizada, enquanto a outra parte restante passa a manusear essas tecnologias, uma vez que, o componente humano é essencial para atribuir comando à máquina. Dessa forma, a escola, instituição pela qual o discente recebe acesso a todo e qualquer tipo de discurso, passa a adequar-se a essa nova proposta, qualificando docentes para uma educação pautada sobre as tecnologias, visando uma formação profissionalizante tecnológica, para que assim, entregue à sociedade, cidadãos produtivos.

Constata-se que o discurso de identidade do docente tecnológico está disperso se fazendo presente nos discursos políticos, midiático, escolar, entre outros, tomando proporções inclusive nas interações entre os próprios indivíduos, ao afirmar que a aplicabilidade de tais tecnologias nas escolas tem influenciado positivamente a comunicação entre os alunos.

Esse discurso toma forma ainda no trecho de uma matéria escrita sobre os Centros de Inclusão Digital (2012), informando a importância da inclusão das tecnologias na educação visando formar cidadãos produtivos e aptos para atender às necessidades impostas pela sociedade.

Projetos como esse são significativos pois, para se viver, aprender e trabalhar bem em uma sociedade cada vez mais complexa, rica em informação e baseada em conhecimento, os alunos e professores devem usar a tecnologia de forma efetiva no processo de escolarização, a qual pode permitir que os alunos se tornem: usuários qualificados das tecnologias da informação; pessoas que buscam, analisam e avaliam a informação; solucionadores de problemas e tomadores de decisões; usuários criativos e efetivos de ferramentas de produtividade; comunicadores, colaboradores, editores e produtores; cidadãos informados, responsáveis e que oferecem contribuições.

Dessa forma, esse discurso em especial, além de atribuir qualificações específicas para o ingresso na ordem discursiva, exclui e desqualifica àqueles que não se encaixam em suas condicionalidades. Sendo assim, os que não usam a tecnologia não serão pessoas que buscam, analisam e avaliam a informação, não solucionam problemas ou tomam decisões, não podem ser criativos ou produtivos, e muito menos, podem oferecer quaisquer contribuições.

Moran (2013, p. 31) diz que a inserção das tecnologias na escola pode transformar esse espaço educacional com maiores riquezas de aprendizagens significativas, motivando os

alunos a participarem ativamente nesse processo de pesquisa, proatividade e tomada de decisões, bem como interação.

Uma educação inovadora se apoia em um conjunto de propostas com alguns grandes eixos que lhe servem de guia e de base: o conhecimento integrador e inovador; o desenvolvimento da autoestima e do autoconhecimento (valorização de todos); a formação de alunos empreendedores (criativos, com iniciativa) e a construção de alunos cidadãos (com valores individuais e sociais). (MORAN. 2013, p. 13)

Conforme definição da palavra, cidadão é àquele capaz de conviver em sociedade, com direitos e deveres perante o estado. Contudo, essa convivência se baseia em normas e regras da sociedade. Nesse caso, com o surgimento das tecnologias, passou a ser fundamental ter domínio e conhecimento sobre ela, para então adquirir certas habilidades essenciais, tais como nos diz Moran (2013) quanto à questão da interação, que nada mais seria do que a socialização.

O indivíduo é fruto do que dele se diz, como nos elucida Foucault. Mas nesse caso, quais as necessidades de eleger um cidadão com bases tecnológicas? Em que momento essas habilidades tecnológicas passaram a ser necessárias? Quais as relações de interesse se alojam sob esse discurso?

Os dispositivos móveis deixaram há tempos de ser apenas um acessório. Hoje em dia, são ditos como necessidades básicas do ser humano. Ter acesso a um dispositivo com acesso à internet para comunicação, pesquisa, transações bancárias, fotografias instantâneas e inclusive compras. Todos os nichos de mercado se voltaram para as tecnologias como um modo de rentabilidade, a iniciar pelas operadoras telefônicas, bancos, comércio e a indústria da música.

A fase do capitalismo em que nos encontramos é a qual o dinheiro em si já não tem valor. As marcas agora são os grandes agregadores de valor e promovem os lucros. Se antigamente “tempo era dinheiro”, hoje em dia cada segundo gasto é dinheiro perdido. É exatamente o discurso de promoção tecnológica, em que o indivíduo pode fazer tudo sem sair do lugar. A praticidade e conforto, inclusive é slogan de várias marcas.

Dessa forma, podem-se compreender os discursos que elegem os conhecimentos acerca das tecnologias como base na formação do cidadão, este que é escravo do capitalismo, que vive para o trabalho remunerado que lhe proporcione acesso ao consumo. E nesse caso,

proporcionar esses conhecimentos desde a base da formação do indivíduo, por intermédio da educação, é garantir a inserção desse indivíduo na ordem do discurso.

2.2.2 - Enunciado 2: Tecnologia como ferramenta de atuação docente.

Após identificar as necessidades de aplicação de conhecimentos acerca das tecnologias como pré-requisito educacional para a formação do cidadão, é possível concluir que será necessário um profissional com domínio dessas tecnologias nesse processo de ensino-aprendizagem.

Para isso, elencarei os excertos retirados da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que definem as diretrizes do trabalho docente, atribuindo a este profissional, assim como os demais documentos legais, a qualificação necessária para o desempenho de suas funções em sala de aula, ao mesmo tempo em que, conforme nos explica Foucault, exclui todo e qualquer profissional que de alguma forma não atende às especificidades ditadas.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. (BRASIL. 2015, p. 3)

Como nos mostra o excerto retirado do Capítulo I da Resolução nº 2, há sobre o docente a atribuição e responsabilidade de possuir certas habilidades que o qualifiquem como pertencente à ordem desse discurso, sendo construída assim uma sólida formação que agregue a ele todas essas habilidades, para que as utilize no exercício de sua função em sala de aula.

Atualmente, a presença ou o uso dessas tecnologias traz também uma nova forma de organização e interação social e uma nova forma de relação com o conhecimento proporcionando uma aprendizagem significativa pelas mais diversas manifestações seja pelos programas de televisão, pelo filme ou pela internet, mesmo que de forma assistemática, e a universidade pode contribuir para a sistematização dessa aprendizagem.

Nesse sentido, as tecnologias da informação e comunicação podem ser utilizadas pelo professor como um recurso pedagógico, numa visão crítica, para dar mais significado ao conteúdo. (KLAMMER. 2016, p. 248)

Dessa forma, olhando diretamente para minha própria formação acadêmica, diversos professores, durante o desenrolar de determinados conteúdos de suas disciplinas, indicavam alguns filmes, música, séries de televisão, vídeos no *youtube* e outros, para complementar o conteúdo, bem como nos fazer analisar esses objetos para melhor exprimir alguma ideia, fazendo das tecnologias um meio alternativo para melhor assimilação do conteúdo, ou, em alguns casos, melhor visualização desse conteúdo sob outros ângulos.

Dessa maneira, nos é dito durante a formação docente, que as tecnologias possuem vários benefícios no exercício da docência, se usado adequadamente, sendo para isso, inclusive, utilizados diversos teóricos que apoiam o devido uso dessas ferramentas durante o professorado, como por exemplo, a internet, com grande diversidade de informações para acesso e pesquisa.

Por outro lado, Gilberto Gil em sua canção “Pela Internet” lançada em 1996, traz uma visão mais abrangente do uso da internet, apontando não apenas os lados ditos positivos, como também os ditos negativos, demonstrando que as tecnologias são versáteis e aplicáveis nos diversos campos sociais.

Criar meu web site	Depois de um hot-link	Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Fazer minha home-page	Num site de Helsinque, para abastecer	Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Com quantos gigabytes	Eu quero entrar na rede	Que lá na Praça Onze tem um videopôquer para se jogar
Se faz uma jangada um barco que veleje	Promover um debate	Jogar
Que veleje nesse informar	Juntar via Internet	Jogar, jogar, jogar
Que aproveite a vazante da infomaré	Um grupo de tietes de Connecticut	Jogar
Que leve um oriki do meu velho orixá	De Connecticut acessar	I can't get no Connection
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé	O chefe da Macmilícia de Milão	I can't get no Connection
Um barco que veleje nesse infomar	Um hacker mafioso acaba de soltar	I can't get no Connection
Que aproveite a vazante da infomaré	Um vírus pra atacar programas no Japão	I can't get no Connection
Que leve meu e-mail até Calcutá	Eu quero entrar na rede pra contactar	I can't get no Connection

Portanto, sob essa perspectiva da utilização das TIC no exercício da docência, a Resolução nº 2, nos apresenta o segundo excerto, retirado do Capítulo II, estipulando de que forma as tecnologias devem ser utilizadas pelo professor, visando o aprimoramento da prática pedagógica, bem como a formação cultural dos envolvidos.

VI – ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes; (BRASIL. 2015, p. 6)

Como abordado anteriormente, no que tange à utilização das TIC pelos professores universitários, essas tecnologias são vistas apenas como ferramentas que visam a complementação do conteúdo, uma abordagem diferenciada de determinado contexto e/ou meio pelo qual se produz. Segundo Barros e Silva (2001) há grande equívoco em acreditar que as tecnologias são os equipamentos gerados a partir dela.

Há que se diferenciar no âmbito tecnológico o produto e as produções. Diz-se produto, toda e qualquer tecnologia que proporcione o acesso, interação e conseqüentemente a produção. Essas produções, por outro lado, são os softwares produzidos para oferecer uma experiência tecnológica. Sob essa perspectiva, é somente por se ter um computador, *smartphone*, *tablet* (produto), que se possui acesso ao *facebook*, *instagram*, *whatsapp*, jogos e etc.

Dessa forma, com o desenvolvimento contínuo da produção para acesso por intermédio do produto, diariamente estão sendo programadas novas tecnologias, que por sua vez, são reaproveitadas pelo professor, que ao identificar seu caráter educacional de apoio ao conteúdo, se torna um usuário dessa produção, ou seja, ele não produz conteúdo tecnológico para uso em sala de aula, ele apenas escolhe de um acervo quase infinito e o utiliza, conforme nos conta Moran (2013, p.36).

Os docentes podem utilizar os recursos digitais na educação, principalmente a internet, como apoio para a pesquisa, para a realização de atividades discentes, para a comunicação com os alunos e dos alunos entre si, para a integração entre grupos dentro e fora da turma, para a publicação de páginas *web*, blogs, vídeos, para a participação em redes sociais, entre muitas outras possibilidades.

No próprio discurso de Moran “os docentes podem utilizar os recursos digitais”, evidenciando assim a ideia de usuário e não de produtor, embora se saiba que, com a expansão do conhecimento tecnológico, bem como seu acesso, é possível produzir tecnologias, isso já é feito a todo o momento, tanto que temos essa infinidade delas para utilizar.

O discurso disseminado pelo excerto destacado acima é de caráter restritivo, estipulando uma ideia de utilização adequada das tecnologias, mas que outro discurso ditará a forma certa de se utilizar essas ferramentas em sala de aula? Como todo o processo formativo, incluindo o da docência, restringe o sujeito a ideologias teóricas de outros autores. Nesse sentido, o docente que forma outros docentes se apoia em teorias predefinidas em consonância ao discurso formador dessa necessidade que diz construir o docente tecnológico.

Foucault (1971) nos diz que esse processo ocorre de forma natural, e que seu interesse é fazer com que todo discurso seja questionado, interrogando nossa vontade de verdade, restituindo o discurso à sua característica de acontecimento e abandonando a soberania do significante.

Segundo Mercado (1998), é papel da escola introduzir novas tecnologias e proporcionar a mudança na atuação do professor, já que este é o responsável pela capacitação de seus alunos, no que se refere à busca de informações em diferentes fontes, levando em consideração o aspecto positivo das tecnologias no que se refere ao desenvolvimento social e cultural.

Dessa forma, pode-se encontrar facilmente ao discurso gerador dessa reprodução, bem como da própria Resolução nº 2, ao nos atentarmos à LDB, Art. 43, inciso III, que menciona o uso das tecnologias como meio de promoção cultural, a fim de trazer a compreensão do homem e do meio em que vive.

Ainda na Resolução nº 2, avançamos para outro excerto, retirado do Capítulo IV, que expressa novamente, assim como nos demais documentos norteadores da educação, essa ideia das múltiplas habilidades que o docente deve possuir que o qualificam, pelo discurso legal e/ou científico, a sujeito pertencente à ordem discursiva, que nesse caso, volta-se para o conhecimento das tecnologias, por intermédio da teoria e prática.

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada devere possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

VIII – desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas; (BRASIL. 2015, p. 7)

Diz-se um bom professor àquele profissional que domina o conteúdo, tem clareza durante sua transmissão e consegue atender às necessidades dos alunos, imposições feitas pela instituição de ensino, documentos norteadores e órgãos reguladores.

Evidenciando que a docência perpassa todas as áreas do conhecimento, a Organização da Sociedade Civil “Todos pela Educação”, fundado em 2006, com o objetivo de contribuir para o avanço de políticas públicas em educação visando uma educação de qualidade para todos, apresentou um vídeo cantado demonstrando que a frente de toda a criação existe um bom professor, com a canção “Um bom professor, um bom começo”.

A base de toda conquista é o professor
A fonte de sabedoria, um bom professor
Em cada descoberta, cada invenção
Todo bom começo tem um bom professor

No trilho de uma ferrovia
(Um bom professor)
No bisturi da cirurgia
(Um bom professor)
No tijolo, da olaria, no arranque do motor
(Tudo que se cria tem um bom professor)

Um sonho que se realiza
(Um bom professor)
Cada nova ideia
(Tem um professor)
No que se aprende, o que se ensina
(Um professor)

Uma lição de vida, uma lição de amor
Na nota de uma partitura, no projeto de arquitetura
Em toda teoria, tudo que se inicia
Todo bom começo tem um bom professor
Tem um bom professor

É evidente a ideia de um modelo de um bom professor, assim como, daquilo que se deve ter para ser considerado um bom professor. Este é aquele que precede as demais profissões e, por isso, é dita essencial, pois dele depende a “qualidade” formativa dos demais profissionais.

Para o historiador Leandro Karnal (2017), existem três tipos de professor, o de início de carreira, o de meio de carreira e o de final. Quanto mais jovem o professor, maior a energia e a vontade de revolucionar a educação. Cita ainda algumas brincadeiras tais como, a de que o professor jovem ensina mais do que sabe e o mais velho, menos do que sabe. Outra brincadeira, que nos leva a outra reflexão é a de que o professor de Ensino Fundamental ama seus alunos, o de Ensino Médio ama sua matéria/disciplina e o de Ensino Superior ama a si mesmo.

Nessa reflexão, Karnal explica que quando jovem, ainda aos 19 anos, tinha um entusiasmo natural de mudar o mundo no primeiro instante, mas que com o tempo, percebeu que esse entusiasmo, embora seja bem vindo, deve ser cauteloso, para que não se esqueça do mais importante, que são os alunos, não deixando esse entusiasmo tornar-se uma espécie de narcisismo.

Quando mais velho, o entusiasmo diminui, ao mesmo tempo em que se adquire a capacidade de olhar para o aluno com mais tranquilidade, não o deixando sair do foco e ser a referência para ele, transformando-o através do conhecimento e das atitudes, sendo um bom crítico de si mesmo, perguntar a colegas e amigos como está sua atuação para ter uma referência, buscar apoio em bibliografias e sólidas opiniões de outros formadores mais experientes.

Karnal estabelece um perfil de um bom docente, ao dizer que é àquele que possui domínio técnico de uma matéria ou disciplina, sabendo que a transformação de um ser humano é lenta e metódica, compreendendo que existe a diversidade, mas que todos podem aprender em seu devido tempo e maneira.

O filósofo e professor, Mario Sergio Cortella (2015), em contrapartida ao perfil de bom professor de Karnal, afirma que só é um bom “ensinante”, quem for um bom “aprendente”, compreendendo que não se sabe tudo de todos os modos a todo o momento, portanto, é necessário juntar as competências para se fazer um bom trabalho.

Uma iniciativa de comunicação e mobilização social, denominada de “Porvir” (2018), visa à melhoria na qualidade da educação brasileira, faz uma pesquisa a nível nacional e internacional que aponta as principais características do professor do século 21, que são: Saber explicar bem os conteúdos; Propor diferentes atividades nas aulas; Conviver, respeitar o aluno e cuidar da sua individualidade; Acompanhar alunos com dificuldade de aprendizagem; Ser um mentor para os alunos descobrirem seus interesses e talentos; Dominar o conteúdo, usar tecnologias e saber se comunicar; Estimular a participação dos estudantes; Saber mediar trabalhos em grupo; Ser paciente e se aproximar do aluno.

Mediante o posicionamento de algumas opiniões de nomes ditos renomados na educação brasileira, temos formado o perfil do que se diz ser um bom professor, embora alguns apontem pontos diferentes, todos concordam que o centro da educação é o aluno, devendo o professor munir-se de habilidades e conhecimentos que proporcionem uma boa educação a esse aluno.

Nesse sentido, e conforme estipulam os documentos legais, o professor “deverá” estar habilitado de conhecimentos teóricos e práticos para uma devida aplicabilidade do currículo. Note que os documentos sempre frisam a obrigatoriedade, não deixando aberturas para outras possibilidades.

Tendo em mente essa aquisição de habilidades que se dizem necessárias para a docência, que são em sua maioria adquiridas na universidade, Foucault (1971) nos explica que, no que se refere aos procedimentos do discurso que estipulam uma verdade ideal com

base na soberania do sujeito, composta por sujeito fundador, experiência originária e mediação universal, esse sujeito, docente, o qual é dito habilitado, apenas o é quando (re)significa conhecimentos e experiências anteriores, transformando-as em habilidades práticas que conseqüentemente serão transmitidas em algum momento de sua atuação docente.

No caso do professor dito tecnológico, levando em consideração que já teve contato com as tecnologias em algum momento de sua vida, possuindo conhecimento prático sobre elas, por já ter usado e manuseado, adquire em sua formação dentro ou fora da universidade, habilidades para transformar esses conhecimentos em práticas pedagógicas, em cumprimento do discurso expresso pelos documentos legais.

No primeiro momento o sujeito adquiriu experiências práticas, enquanto no segundo, buscou a teoria que embase seu conhecimento científico sobre as tecnologias. Dessa forma, passa a ter ambos os conhecimentos necessários para seu ingresso qualificado à ordem do discurso.

O Ministério da Educação – MEC, a partir de 2009, criou um guia de tecnologias ditas pré-qualificadas visando ofertar aos gestores educacionais, ferramentas que os auxiliem na aquisição de materiais e tecnologias para utilização nas escolas públicas do Brasil. O guia está subdividido em: Gestão da Educação; Ensino-Aprendizagem; Formação de Profissionais da Educação; Educação Inclusiva; Portais Educacionais.

No que se refere ao subitem de formação de profissionais da educação, o Guia de Tecnologias Educacionais/MEC (2009), nos diz que tais mudanças, no que tange a implementação tecnológica na formação de professores são orientadas pelo atual cenário brasileiro.

O atual cenário brasileiro está exigindo uma mudança na atuação docente e dentre estas mudanças entra a utilização das ferramentas didáticas, deste modo, o curso a distância relativo a esta tecnologia convida educadores a refletirem sobre a melhor forma de conduzir estas mudanças. A metodologia adotada envolve: atividades de construção da prática pedagógica; leituras; construção de portfólio; reflexão sobre a prática; e, um espaço interativo para discussão nos fóruns e chats. (MEC. 2009, p. 97)

Ao cursar a disciplina de Estágio Supervisionado II, estive inserido como estagiário/pesquisador em uma turma de 3º ano do ensino fundamental, oportunidade em que tive acesso ao Projeto “Pro Futuro – Aula Digital”, ofertada pela Fundação Telefônica - VIVO em parceria com a Fundação – La Caixa.

Esse projeto distribuiu maletas contendo notebook, cerca de trinta e seis (36) *tablet's*, equipamento para recarga e tudo isso ligado a uma rede interna, para várias escolas do Município. A intenção era de proporcionar tanto aos professores, quanto para os alunos, material tecnológico para o desenvolvimento de aulas ao mesmo tempo em que possibilitava a aplicação de uma avaliação de verificação da assimilação do conteúdo trabalhado.

Para isso, os professores recebem uma formação específica, que se diz qualificadora, para que não apenas conheçam o programa e seus equipamentos, como também saibam manuseá-los e utilizá-los em sala de aula, estabelecendo assim, que esse profissional possuirá tanto conhecimento teórico quanto prático do projeto.

Sabemos que o discurso não é transmitido apenas por intermédio da fala, como também por qualquer outro meio que nos indique certo tipo de entendimento sobre as coisas. Esse projeto não é diferente. A ideia de inserção das tecnologias no âmbito educacional em si explora ainda mais as necessidades de construção dessas competências tecnológicas, forçando a adequação desse profissional.

Há ainda, que se observar nesse projeto, que as aulas predefinidas são baseadas em competências que devem ser desenvolvidas pelas crianças, conforme o que está posto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) do Ensino Fundamental, discurso que estabelece o conteúdo e a forma pela qual será transmitido para os alunos.

Portanto, muito se ouve do docente que as tecnologias estão presentes em todos os momentos de nossas vidas, e por esse motivo, ele, como profissional que estrutura a base educacional e social de um indivíduo deve possuir essas habilidades, ou seja, o professor é aquele que ensina, e para fazê-lo deve saber.

Art. 8º O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

V – relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem; (BRASIL. 2015, p. 7-8)

Este excerto está diretamente ligado à aplicabilidade dos meios de comunicação no espaço educacional. Filmes, desenhos, quadrinhos, clipes de música, passam a ser tidos como

ferramentas de trabalho, que expressam ideias e certo conteúdo. O docente deve apenas identificar seus interesses e levar para aplicabilidade em sala de aula, visando a complementação do conteúdo.

Com essa nova forma de educar, tida como verdadeira e absoluta, torna-se uma exigência que o docente esteja conectado, buscando a todo o momento nos meios de comunicação, alguma ferramenta que auxilie seu trabalho em sala de aula, não apenas para que os alunos aprendam, mas porque se diz que os alunos, por estarem cada vez mais imersos nesse universo tecnológico, demonstrarão mais interesse pelas atividades tecnológicas.

Assim surgiram as salas de mídia nas escolas, cujo objetivo é levar filmes educativos e outros conteúdos audiovisuais para estimular o aprendizado e a criatividade. Na escola de Estágio I, não havia o espaço definido com esse objetivo, contudo, a televisão utilizada para esse fim era descolada até a sala de aula para que a professora a utilizasse. Em quase todas as aulas, quando a televisão estivesse disponível, era utilizada, contudo, sem nenhum objetivo além de entreter as crianças no horário pós-intervalo, na qual geralmente estavam mais agitadas.

Em apenas uma aula, uma professora de outra turma sugeriu a união das turmas para uma atividade conjunta, utilizando a tecnologia para atividades educacionais, propondo inclusive a interação durante seu uso, fazendo com que as crianças interagissem diretamente com o que assistiam, ao expor um livro abordando temática regional das frutas da Amazônia.

O advento do pacote Office, facilitou a produção de trabalhos, que deixaram de ser escritos a punho e passam a ser digitados e impressos em folha de papel ofício. As apresentações deixaram de ser exclusividade de produções em cartolina, passando a ser constituído de *slides*.

Acompanhei durante algumas temporadas a série da *Netflix, Deglassi – Next Class* (2016), que a princípio trata dos dramas da adolescência, mas que aborda a tecnologia de forma bastante abrangente, apresentando uma escola completamente tecnológica, expressando a ideia de que seus professores e alunos, por terem acesso a essas ferramentas, são mais criativos, analíticos e críticos, possuem melhores habilidades de interação humana, proativos e exímios tomadores de decisão.

Como podemos pensar dessa forma quando a arte em si exhibe elementos que se dizem verdades levando os indivíduos a segui-la fielmente? Isso ocorre no mundo da moda, na política, nas ciências e com a tecnologia não seria diferente. Constantemente somos bombardeados com informações, seja em livros, em placas, *outdoors*, rádio, televisão e na

própria navegação pela internet, demonstrando que a vida pautada sob o uso das tecnologias é a única que vale a pena ser vivida.

Logo, se em todos os âmbitos sociais em que o aluno está inserido nas áreas externas do ambiente escolar, ele é levado a crer nas maravilhas tecnológicas, passa a ser responsabilidade do professor, educar seus alunos sob as perspectivas tecnológicas, assim como passou a ser atribuída a ele a educação que antes era dever da família, e para fazê-lo, precisa também receber essa educação, o que nos leva ao próximo excerto, retirado do Capítulo IV, da Resolução nº 2.

Art. 11 A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura articulado ao bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

V – Projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias;

VII – recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação; (BRASIL. 2015, p. 9)

Na criação desses espaços “ditos” tecnológicos, pensa-se no profissional que fará uso desses espaços, atribuindo a ele as competências necessárias para compreensão e utilização adequada do espaço. Portanto, ficando explícito que o discurso legal dita também as qualificações necessárias para usufruto dos espaços tecnológicos na escola.

Com a proposta de observar a tecnologia como ferramenta de construção do conhecimento, ou pelo menos auxílio, constrói-se uma identidade a ser desenvolvida pelo docente, inserindo em sua formação elementos de contribuição para sua progressão do conhecimento tecnológico.

Tomando para si a verdade imposta pelo discurso legal, conforme explica Foucault, esse docente ignora toda e qualquer verdade adjacente, se fazendo pertencente ao grupo doutrinado de docentes tecnológicos, que mais tarde, formarão alunos tecnológicos, que mais tarde, aplicarão seus conhecimentos tecnológicos em suas áreas de trabalho.

O excerto ainda nos apresenta os recursos elementares para a formação do docente tecnológico, que devem ser apresentados com qualidade e quantidade adequada durante sua formação, para que estes, além do conhecimento teórico, possuam o conhecimento da prática nesses ambientes, tais como a videoteca e laboratórios de informática, que hoje estão presentes em praticamente todas as instituições de ensino, superior, médio, fundamental e anos iniciais.

Sendo assim, esses espaços são instituídos como necessários para o processo de ensino-aprendizagem, visando o desenvolvimento do conhecimento em âmbito cultural e criativo dos alunos.

Todo esse processo de apresentação do discurso de verdade do docente tecnológico me remete à música “Admirável Chip Novo”, da cantora Pitty, que traz à ideia do indivíduo pós-discursivo, conforme nos explica Foucault, que é aquele construído por certo discurso, e que embora busque libertar-se da ideia de ser um indivíduo produzido pelo discurso, acaba por se fazer pertencente a outro.

Pane no sistema, alguém me desconfigurou Aonde estão meus olhos de robô? Eu não sabia, eu não tinha percebido Eu sempre achei que era vivo Parafuso e fluído em lugar de articulação	Até achava que aqui batia um coração Nada é orgânico, é tudo programado E eu achando que tinha me libertado Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer Reinstalar o sistema	Pense, fale, compre, beba Leia, vote, não se esqueça Use, seja, ouça, diga Tenha, more, gaste e viva Pense, fale, compre, beba Leia, vote, não se esqueça Use, seja, ouça, diga Não senhor, sim senhor, não senhor, sim senhor
--	---	--

A letra demonstra que o sistema dita as regras a serem seguidas, estando todo àquele contrário a essas regras, às margens do discurso e sendo, a todo o momento, rebuscado para que seja pertencente a ele. Embora o sujeito “sempre tivesse achado que era vivo”, ou seja, produto de suas próprias escolhas descobre que “nada é orgânico, é tudo programado”, percebendo-se sujeito construído pelo discurso.

Como sujeito pós-discursivo, o docente busca em seu processo formativo, elementos constitutivos do conhecimento necessário para sua inclusão no discurso, uma vez que se diz que professor bom é àquele que conhece e sabe utilizar as tecnologias em sala de aula. Discurso esse, (re)produzido nos e/ou pelos documentos, expressando suas relações de poder, no que se refere à nova ordem social, que é o desenvolvimento tecnológico.

Durante meu processo formativo, tanto nas duas primeiras tentativas de formação, turismo e letras: língua inglesa, quanto na atual, pedagogia, estive a todo o momento buscando elementos que me qualificasse pertencente ao discurso de bom professor, embora voltado para a parte que mais me interessava que é a do desenvolvimento do conhecimento por intermédio das TIC.

Embora minha vontade de verdade fosse maior do que a capacidade de oferta da universidade – e nesse parêntese me refiro à compreensão das tecnologias como metodologia

revolucionária de ensino – percebi com o tempo, e principalmente durante as observações no estágio, que essas habilidades, em minha tão alta estima, e acredito que para outros futuros professores também, são utilizadas na docência apenas como auxílio básico de transmissão do conhecimento, isso quando não são apenas ferramentas de distração do aluno.

Contudo, somente após essa produção, é que começo a compreender que minha vontade de verdade pode ser alterada, a partir do momento em que tomo consciência da imposição dessa verdade, inclusive nos documentos legais, me direcionando futuramente a uma abordagem alternativa, seguindo pelo caminho que acredito ser mais produtivo e colaborativo com o que a educação deveria ser, não do que se diz que deveria ser.

2.2.3 - Enunciado 3: Tecnologia como propriedade da ciência e da escola.

Logo no princípio, as tecnologias no Brasil surgem com objetivo restritivo à organização dos documentos das instituições de ensino e do próprio governo, conforme nos explica o Membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas – FGV, Lindolpho de Carvalho Dias, em prefácio da obra de Oliveira (2007). Em seguida, depois de sua expansão em vários estados brasileiros, como meio para o desenvolvimento de pesquisas científicas do CNPq, possibilitando, com seu sucesso instantâneo, a implantação da internet comercial em todo o país.

Logo se passa a ver as tecnologias como propriedade da ciência e da escola, sendo a primeira, por constituição do saber científico por intermédio da pesquisa de outras ciências, bem como dela própria, e na segunda, como ferramenta de auxílio à construção do conhecimento.

A LDB (1996) nos proporciona o primeiro excerto desse enunciado, fazendo referência à educação superior como ponto de partida para a iniciação à pesquisa científica, tendo como princípios o desenvolvimento das ciências, tecnologia e cultura.

Art. 43 A educação superior tem por finalidade:

III – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão de cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. (BRASIL. 1996, p. 42)

Pensando as tecnologias como objeto de estudo das ciências, e por consequência, transferindo a qualificação de ditadores do discurso, ou no mínimo, pertencentes a ele, aos

cientistas, adentramos um espaço de pensamento e construção dessas tecnologias para um determinado público e para um determinado uso.

Nesse formato discursivo, o docente, pensado como usuário das tecnologias apenas assume esse papel coletando no decorrer de sua “formação” esses discursos que o nomeiam pertencente à classe de consumidores de tecnologias, com a ideia de que elas são necessárias para o bom aprendizado dos alunos.

O discurso legal produz uma visão de que somente se pode compreender o homem e o meio em que vive, por intermédio do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que por sua vez criam e/ou produzem uma cultura, que nesse caso chamamos de *cibercultura*.

Segundo Martino (2017), em seus estudos sobre os escritos de Pierre Lévy (1996), *cibercultura* é um novo tipo de relacionamento humano, baseado na “união de relações sociais, produções artísticas, intelectuais e éticas dos seres humanos que se articulam em redes interconectadas de computadores, isto é, no *ciberespaço*”.

É no *ciberespaço* que ocorrem as interações sociais sob essa perspectiva de cultura, na qual, inclusive, se dão a maior parte das (re)produções discursivas, dando maior proporcionalidade em sua disseminação.

Relembrando a canção “Pela Internet” de Gilberto Gil, ao dizer “eu quero entrar na rede, promover um debate, juntar via internet um grupo de tientes de Connecticut” é a configuração perfeita das interações propostas na ideia da *cibercultura*. Onde um grupo de pessoas se reúne via internet em prol de suas ideias para discutir e se organizar.

Esse processo rapidamente se aplicou à educação, não apenas para o desenvolvimento da pesquisa científica, como também para a criação e o desenvolvimento de uma nova forma de ensinar. É sob essa proposta que surge a Educação à Distância - EaD, por exemplo, que pretende ofertar uma educação de qualidade visando a praticidade, independência e autonomia do sujeito.

Sob essa perspectiva e levando em consideração seu caráter economicista de “formação” docente em quantidade com custos reduzidos, Moran (2011, p.29) traz a compreensão do “estar junto virtual”, fazendo referência à interação de professores e aprendizes, em que a internet proporciona ao professor a possibilidade de estar mais próximo do aluno, para lhe auxiliar e resolver problemas, embora seja virtualmente.

Nos anos 2000, há quem se lembre dos famosos cursos ministrados por professores pela televisão, o Telecurso. Embora não se tenha a mesma possibilidade da interação professor-aluno, percebe-se a repercussão das tecnologias como propriedade das ciências e da

educação. Hoje em dia o Telecurso não mais existe, mas a ideia pôde ser reaproveitada com o desenvolvimento de novas ferramentas, que inclusive permite certo nível de interação virtual.

Nesse quesito temos o *Youtube*, como ferramenta de divulgação audiovisual, utilizada por todo e qualquer sujeito interessado em adquirir alguma informação. Contudo, não há, na ferramenta em si, as limitações impostas pelo discurso, já que qualificado ou não, um indivíduo posta seu vídeo falando sobre o tema de seu interesse. Quem dita o procedimento de limitação do discurso são os próprios usuários, com base na sua própria constituição de sujeito pós-discursivo.

Partindo da premissa de que esse docente é pensado e construído a partir do discurso que o estabelece como consumidor das tecnologias e não produtor, esse professor que busca respostas aos seus questionamentos nessas ferramentas, acaba por propagar sua condição de consumidor, se pondo a mercê de variados discursos ditos “válidos”, ou não, para em seguida transmiti-los.

Assim, ao se buscar a compreensão de determinado assunto no *Youtube*, eu assistiria a explicação de um leigo, ou de alguém devidamente qualificado no assunto? Ou melhor, aplicando o exemplo à rede social, qualificando o sujeito pelas visualizações de seu vídeo. As limitações persistem discretamente, dando a sensação de liberdade de escolha ao usuário.

O tratamento do discurso tem estado tão intenso nos últimos anos, que as próprias empresas desenvolvedoras das principais redes sociais, já reprogramaram seus aplicativos para mostrar as mensagens compartilhadas, visando alertar seus usuários quanto às “*fakenews*”, termo atribuído às notícias falsas reproduzidas diariamente pela internet.

A (re)produção dessas *fakenews* podem ser vistas de dois ângulos. A do sujeito ou grupo que a (re)produz e o sujeito ou grupo que busca a veracidade dos fatos para desconstruir as notícias falsas. Esse feito é realizado por intermédio da pesquisa.

Eu, assim como muitos jovens com mesma idade, sou da época do projeto “TV Escola”, uma sala “especial” onde os professores levam seus alunos para aprender com o auxílio de filmes, música, vídeos e outras tecnologias, como o retroprojeter CSR 300h, anterior ao seu substituto *data show*, que projetava imagens pintadas sobre uma lâmina transparente.

Nos era dito que o objetivo dessas aulas específicas com o auxílio tecnológico geralmente era o de proporcionar imersão cultural, para a aquisição de múltiplos conhecimentos, uma vez que era utilizada por todas as disciplinas, interdisciplinarmente.

A Constituição de 1988, Capítulo III, Seção I, institui o plano nacional de educação visando a organização do ensino, promovendo a tecnologia por intermédio da educação nas diversas esferas políticas.

Art. 214 A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

V – promoção humanística, científica e tecnológica do País; (BRASIL. 1988)

Sob essa perspectiva da criação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), que visa o alcance de metas preestabelecidas para dez (10) anos, conforme Lei n° 13.005, de 2014, que prevê em seu Art. 2° o cumprimento do inciso V, acima destacado, que tange a promoção humanística, científica e tecnológica do País, tendo como base as metas previstas para o período de 2014 a 2024.

Ainda sob as explicações de Foucault (1971), podemos ver que esse documento (re)produz a ideia do docente tecnológico, atribuindo estatísticas que devem ser cumpridas e devidamente mensuradas. Esse procedimento de doutrinação do sujeito por intermédio da legislação é uma forma de garantir seu cumprimento, justificando-se em discursos alheios, atribuindo o sentido de verdade no discurso da lei.

Ao se considerar a tecnologia, pertencente às estruturas científicas e ferramenta da escola, perpetua-se o discurso de que o professor deve possuir plenos conhecimentos, inclusive sobre as TIC, para que assim, seja considerado um bom professor, que ensina bem, pois possui um vasto repertório de ferramentas ditas educacionais para o ensino de suas disciplinas, ao mesmo tempo em que cumpre as exigências postas pelos documentos que regem as leis organizacionais.

Rememorando a matéria “Os gurus digitais criam seus filhos sem tela”, em que o jornalista aponta a diferença entre duas escolas, sendo a primeira um ambiente completamente livre das tecnologias até o início do ensino médio, enquanto a segunda possuía tanta tecnologia a ponto de apresentar as atividades diárias em tela no saguão de entrada, demonstra duas versões de verdade.

Enquanto a primeira vê nas tecnologias, sendo essas inseridas ainda no mundo infantil, um sentido negativo, já que com isso formam-se sujeitos dependentes da tecnologia

que acabam por não compreender o processo. A segunda produz sujeitos que desconhecem o processo e, portanto, acabam por tornar-se dependentes dela.

Nesse discurso a tecnologia também é dita como pertencente à escola, ao inseri-la como quesito a mais na educação, na promessa da garantia de uma educação de qualidade e com base na iniciação à pesquisa, tratando assim, as ferramentas tecnológicas como apoio de incentivo a busca por respostas em diversas fontes.

Como pertencente à área científica, podemos compreender como a formação de qualquer outro conhecimento científico, que surge com uma curiosidade do sujeito. Logo as tecnologias passaram a se transformar não em ferramentas, mas em conteúdo a ser estudado, compreendido e desenvolvido.

Ao mesmo tempo, se produz a ideia de que quanto mais tecnológica for a escola e as atividades que ela proporciona, maior será o nível de aprendizado de seus alunos. Por esse motivo, temos escolas altamente tecnológicas como àquela citada anteriormente no artigo “Os gurus digitais criam seus filhos longe das telas”, bem como a aparição desse discurso de escola tecnológica em filmes e séries, como a apresentada na série “*Degrassi: next class*”, que expressam a ideia de modernidade como base de uma educação de qualidade, apresentando alunos altamente capazes e inteligentes fazendo coisas que outros não conseguem.

Diversas instituições de ensino hoje ofertam cursos distintos com bases tecnológicas, tais como a Ciência da Computação, Engenharia Mecânica, Design Gráfico e tantas outras, enquanto as demais disciplinas científicas utilizam esses conhecimentos como base para seu próprio desenvolvimento.

Essa necessidade de formar profissionais ditos competentes sob as bases tecnológicas abriram novo espaço para a própria atuação profissional, em decorrência das novas necessidades do mercado. Desenvolvedores de softwares, sistemas, sites, blogs, canais e muitas outras, tornaram-se profissões do novo século, atribuindo a importância das tecnologias na educação desses profissionais.

Dessa forma, podemos identificar duas situações ao adentrar um laboratório de informática nas escolas. Na primeira, um profissional específico, com conhecimentos acerca das tecnologias, que estará disponível para auxiliar os alunos. Na segunda, o próprio professor da turma que ao agendar uma data para utilização, desenvolve suas atividades no laboratório.

Como Foucault (1971) nos diz, é por intermédio da educação que o sujeito tem acesso a todo tipo de discurso, fazendo completo sentido se analisarmos a grade curricular dos cursos de formação superior, em que encontramos diversos elementos tecnológicos como pré-requisito para seu desenvolvimento.

Na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Curso de Licenciatura em Pedagogia, podemos identificar na antiga grade a disciplina de Informática Básica – pensada como um curso de informática, que perpassava o ensinamento de ações tais como ligar o computador, até manusear as ferramentas de edição, como *word*, *excel* e *power point* - em que na atual troca-se o nome para Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC na educação – pensada já na perspectiva de utilização das tecnologias de forma metodológica para a prática pedagógica - sendo a comprovação da (re)produção da necessidade de formação do docente tecnológico, por intermédio dessas tecnologias vistas como pertencentes à área das ciências, como metodologia de ensino e pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando comecei a escrever, que deseja eu atingir? Queria escrever alguma coisa que fosse tranquila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança. Mas queria, de passagem, ter realmente tocado no monumento. Sinceramente, não sei o que simbolizava para mim o monumento. E terminei escrevendo coisas inteiramente diferentes.

(Clarice Lispector)

Toda jornada começa com o primeiro passo. A minha se iniciou com a escolha de um orientador que não apenas compreendesse minha forma de pensar e aprender, mas que conseguisse lidar com a minha forma de escrita e tempo de produção.

Dessa jornada tiro o aprendizado de que nunca é tarde demais para se (re)aprender, (re)fazer e (re)construir. A escolha do tema surgiu nos primeiros períodos da minha formação em Pedagogia, junto à inquietação de compreender quem ditava a necessidade da utilização das tecnologias durante a formação docente.

Essa inquietação aumentava a cada período, ao me deparar com mais e mais discursos que excluía todo e qualquer indivíduo que por quaisquer motivos que tivesse se distanciavam do que era dito como verdade: *O professor deve dominar o conteúdo, deve possuir habilidades manuais, deve ser didático e acima de tudo, utilizar as tecnologias como ferramenta facilitadora de seu trabalho e do aprendizado dos alunos.* Falas comuns que ouvi durante esse tempo de formação inicial.

Tendo essa inquietação formada até o último período, em que me encontro, eu e minha orientadora decidimos problematizar esses discursos que ditam a necessidade da produção de professores de Pedagogia com habilidades de domínio das tecnologias. Por que nos dias atuais, o bom professor é aquele que domina as TIC?

Assim, fomos buscar a compreensão dessa apresentação das necessidades de conhecimento/domínio das TIC nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia, sendo estes, criações, ou seja, produções não naturais e com

intencionalidade de atendimento de mercado, com base no contexto histórico e social em que vivemos.

No desenvolver desta produção, à luz da compreensão do discurso e suas características, foi possível escavar, mostrar, ler a fundo, esses documentos legais, nos proporcionando uma ampla visão de outras nuances discursivas, revelando interesses de manutenção de uma ordem social a ser seguida e mantida em pleno funcionamento.

Nesse sentido, a rede discursiva nos mostra a fabricação de uma identidade para o professor, pensada com base nas tecnologias visando à preparação de uma sociedade dita tecnológica a partir da educação. Primeiramente, sob aspectos formativos, são apresentados os documentos norteadores da formação docente, que indicam uma verdade que deve ser seguida para a dita formação necessária do professor.

Toda essa indicação de verdade, apresentada nos documentos legais, toma força e forma ao se embasar em produções teórico-metodológicas que dizem ser o caminho certo a seguir. As tecnologias como ferramenta de inovação educacional, dizem os teóricos, apontando e apoiando a construção dessa identidade de professor tecnológico que deve ser seguida, para que esse profissional, a ser formado, seja considerado “bom professor”.

Para alcançar tal compreensão, foi necessário mapear nos documentos norteadores da formação inicial de professores de Pedagogia as ideias sobre constituição docente e conhecimento/domínio tecnológico, o que não foi um trabalho tão árduo, já que a todo o momento os documentos apontam essa perspectiva tecnológica a ser constituída e dominada pelo professor.

Sendo assim, ao rememorar os objetivos aos quais nos propusemos a alcançar com o tear dessa produção, no que se refere ao objetivo geral, que é o de compreender de que modos são apresentadas as necessidades de conhecimento/domínio das TIC nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia, chegamos à seguinte conclusão. O discurso possui sempre um ponto de dispersão, sendo nesse caso, os pontos, a documentação legal que rege a constituição de profissionais da educação, pedagogos, a quem se atribui a base de toda a educação, em todos os níveis.

Tais pontos de dispersão ditam, atendendo a uma demanda social contemporânea, modos de ver e perceber as tecnologias no âmbito educacional, fazendo destas, ferramentas didático-metodológicas utilizadas para o desenvolvimento de todos os saberes disseminados na escola.

Para chegar a esse entendimento, foi necessário um desdobramento do objetivo principal, gerando mais dois objetivos específicos, sendo eles: a) mapear nos documentos

norteadores da formação inicial de professores de Pedagogia as ideias sobre constituição docente e conhecimento/domínio tecnológico; b) descrever as identidades docentes ditas tecnológicas nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia.

Sendo assim, com essa delimitação e direcionamento, foi possível chegar aos documentos legais (Constituição Federal de 1988, LDB n° 9.394/96 e Resolução n° 2, de 1° de julho de 2015), dos quais removemos toda e qualquer ideia que remetesse às tecnologias, a fim de identificar possíveis enunciados para as análises.

Ao separar essas ideias dos documentos, foi necessário agrupá-las para encontrar os enunciados que se apresentariam. A princípio realizamos uma divisão por excertos de cada documento, revelando oito possíveis enunciados, sendo eles: Noções de tecnologia como base da formação do cidadão; Educação profissional tecnológica como aptidão para a vida produtiva; Tecnologia como conhecimento do homem e do meio em que vive; Tecnologia como ferramenta de atuação docente; Necessidade das TIC para aprimoramento da prática pedagógica; Tecnologias como habilidades necessárias para desenvolvimento da autonomia e da aprendizagem; Tecnologias como conteúdo essencial na formação de professores; Estímulo à manutenção da identidade tecnológica com objetivo de promoção do desenvolvimento tecnológico do País.

Contudo, seria humanamente impossível dar conta de tantos enunciados em pouquíssimo tempo que ainda me restava para a conclusão dessa produção, sendo decidido abordar essa divisão de excertos por uma perspectiva diferente. Ao verificar que alguns desses excertos se aproximavam bastante, procedi com o reagrupamento dos excertos, chegando aos seguintes enunciados: Noções de Tecnologia como base da formação do cidadão; Tecnologia como ferramenta de atuação docente; Tecnologia como propriedade da ciência e da escola.

Dessa forma, e ainda atendendo a um desafio pessoal, que foi o de compreender as características e peculiaridades do discurso, para então buscar retirar desses enunciados o que chamamos de rede discursiva, iniciei a descrição das identidades docentes ditas tecnológicas nos documentos norteadores da formação inicial dos professores de Pedagogia.

Não foi uma tarefa fácil. Os enunciados não podem ser compreendidos apenas pelo que dizem, mas pelo impacto que causa em você quando o lê. Assim, muitas situações e ideias surgem e é bastante complicado organizá-las de forma coesa. Além do mais, essas outras compreensões, advindas da leitura do enunciado puxam outros discursos e você sente como se a extensão discursiva não tivesse fim.

Desses três enunciados, aos quais me propus a desvelar, tratei a produção do docente tecnológico em atendimento de uma demanda social e econômica, que necessita de mão de

obra dita qualificada. Como se diz que a economia hoje gira em torno das tecnologias, é construída essa identidade ao professor, no sentido de entregar cidadãos formados e qualificados à sociedade.

Ser um cidadão qualificado e produtivo passou a ser sinônimo de um ser humano tecnológico, inserido nesse mundo virtual, ao qual, diz-se pertencente e sociável. Para a manutenção desse perfil, são criadas as ferramentas de socialização e interação entre indivíduos, que são ditas como mais eficientes e eficazes, substituindo, em alguns casos, a interação presencial.

Assim como foi cobrado de nós graduandos, a proficiência tecnológica, diz-se que o professor deve estar familiarizado com essas tecnologias, haja vista que seus alunos com certeza o estão. Sendo assim, o professor deve saber usar um computador, bem como suas ferramentas de edição, deve saber usar um smartphone tecnológico que possibilite inclusive o contato com seus alunos, deve ainda, conhecer as ferramentas de busca na internet, para que não seja ludibriado pelos alunos que têm como prática recorrente o plágio de trabalhos prontos na internet. São tantas obrigatoriedades de proficiência tecnológica atribuída ao professor, que ele se vê na obrigação de se inserir nesse grupo construído para atender às demandas sociais.

O professor, também formado com essas características de cidadão tecnológico, é devidamente treinado para (re)produzir esse discurso de identidade tecnológica a seus alunos, utilizando as tecnologias como ferramentas, deixando de lado outras possibilidades de utilização dessas tecnologias, como o pensar sobre e o ato de produção de novas outras.

A ele é ensinado que o professor deve ser dinâmico e conseguir prender a atenção dos alunos, e que para isso, as tecnologias são a chave, uma vez que os alunos já foram inseridos nesse mundo tecnológico pela família, em ambientes externos à escola.

Embora as tecnologias sejam utilizadas como ferramenta de auxílio, elas surgem como uma construção científica, pertencendo a ela como um meio de apresentar resultados seguros sem a preocupação com erros, uma vez que não há o fator humano, a quem se atribui a característica de imperfeição e que comete erros, passando assim, as tecnologias, a recurso pertencente à escola.

Dessa forma, sua utilização passa a atender as necessidades didático-metodológicas do professor, que por sua vez, ensinado a pensar essas tecnologias como ferramentas, acabam por propagar e disseminar esses ensinamentos por gerações, perpetuando esse discurso, com o apoio de outros discursos que surgirem em concordância.

Analisar o discurso documental, como mencionado anteriormente, não foi fácil, contudo, é muito gratificante “finalizar” uma produção com bases metodológicas da pesquisa científica pós-crítica em educação, uma vez que esse exercício de buscar compreender o discurso por intermédio de outros discursos, colocando-os no mesmo patamar, nos leva a crer que o trabalho ainda não está finalizado.

Como pesquisador, pensar uma produção que não parece acabada, instiga a perseverar na pesquisa e sempre buscar mais elementos que contribuam para sua constituição, modificação e tentativa de finalização. Em outras palavras, parece uma nova jornada se iniciando, por intermédio da pesquisa científica, que resultará no trabalho de uma vida de pesquisa.

Nesse campo de estudos, pensar tecnologias é ainda mais desafiador, uma vez que sua abrangência, assim como seu campo de estudos, encontra-se hoje constituído inclusive como curso de formação superior. Embora, ao se pensar uma educação tecnológica, após essa produção, acreditamos ser possível um domínio diferenciado dessas tecnologias, não por serem ditadas pela documentação legal, muito menos por sua óbvia funcionalidade para as tarefas humanas.

Diz-se tecnologia tudo o que têm auxiliado o ser humano no desenvolvimento de seu ofício. Portanto, porque não, pensar tecnologia todo e qualquer recurso produzido pelo professor, para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de seus alunos? Porque não, pensar tecnologia, as ações diferenciadoras para constituição da compreensão e desenvolvimento dos sentimentos? Como não se atentar, que tecnologia também pode estar relacionada ao afeto, por aproximação entre professor e alunos?

REFERÊNCIAS

ADMIRÁVEL CHIP NOVO. [Compositor e Interpretre]: Pitty. Rio de Janeiro: Deckdisc/Polyson, 2003. 1 CD, faixa 2 (3:11min).

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; **CAMPOS**, Edilene Aparecida Veneruchi de. **Fundamentos da Programação de computadores:** algoritmos, PASCAL, C/C++ (padrão ANSI) e JAVA. 3ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

BARROS FILHO, Jaime. **SILVA**, Dirceu *et al.* **Projetos Tecnológicos no Ensino Fundamental como Alternativa para o Futuro do Ensino de Física.** In: **GARCIA**, Nilson M. D. (org.). **Atas do XV Simpósio Nacional de Ensino de Física.** Curitiba: CEFET-PR, 2001.

BRASIL. Diário Oficial da União: Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE. Pág. 1 da ed. extra. Publicação do dia 26.06.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 02 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Guia de Tecnologias Educacionais.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/guia_tecnologias_atual.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Brasília, DF, 2016. Acesso em 02 de maio de 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB nº9.394/1996. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. f. Ed. atual. 2017. Acesso em 02 de maio de 2019.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho *et al.* **A Trajetória da LDB:** Um olhar crítico frente à realidade brasileira. http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira.pdf. Acesso em 17 de abril de 2019.

COLASANTI, Marina. **Rota de colisão.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

CORTELLA, Mario Sergio. **Como ser um bom professor?** Página do Youtube de Rodrigues Alvarez em 24/06/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=usoHTDQW5Pw>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

COSTA, Mônica de Oliveira. **A Amazônia é aqui?** Redes que tecem a Amazônia discursiva no ensino de ciências. Tese de Doutorado. Cuiabá, 2017.

DEGRASSI: Next Class. Produção: Stefan Brogren, Courtney Jane Walker e Stephanie Williams. Canadá: Epitome Pictures DHX Media, 2016. Série disponível na Netflix.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Artigo. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France de 02 de dezembro de 1970. Traduzido por Edmundo Cordeiro. Editora Gallimard, Paris, 1971.

GUIMÓN, Pablo. **Os gurus digitais criam seus filhos sem tela**. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html. Acesso em: 30 de março de 2019. Disponível em: 28 de março de 2019.

KARNAL, Leandro. **14º Congresso do Ensino Privado Gaúcho**. Vídeo: Como se tornar um bom professor. Página do Youtube: Saber Filosófico em 21/07/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=prdM1T0U4dk>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

KLAMMER, Celso. **Tecnologias da informação e comunicação: o paradigma da complexidade na formação do professor universitário**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Formação Docente e novas Tecnologias**. <http://www.c5.cl/ieinvestiga/actas/ribie98/210M.html>. Acesso em 18 de abril de 2019. Disponível em 1998.

MEYER, Dagmar Estermann. **PARAÍSO**, Marlucy Alves (organizadoras) *et al.* **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MORAN, José Manuel *et al.* **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21ª ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2013. – (Coleção Papyrus Educação)

OLIVEIRA, Fátima Bayama de (org.). **Tecnologia da informação e da comunicação: a busca de uma visão ampla e estruturada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

PELA INTERNET. [Compositor e Intérprete]. Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Warner Music, 1997. 1 CD, faixa 11 (04:05 min).

PORVIR. Redação. **Inovações em Educação: O que é ser um bom professor?** Disponível em 23/07/2018 no site: <http://porvir.org/o-que-e-ser-um-bom-professor/>. Acesso em 02/05/2019.

RESENDE, Marília Ruiz e. A Constituição de 1988. Politize!.

<https://www.politize.com.br/constituicao-de-1988/>. Acesso em 17 de abril de 2019.
Disponível em 06 de novembro de 2018.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 197-209, maio 2017. ISSN 1676-2584. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737/15765>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. O Mito da Telinha / Entrevista: Desafio aos professores: aliar tecnologia e educação / CID's – Centro de Inclusão Digital.

<http://pafcturma2f.blogspot.com/2012/07/na-escola-moderna-o-uso-da-informatica.html>. Acesso em 17 de abril de 2019. Disponível em 24 de julho de 2012.

Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia: Ementa da disciplina Informática Básica. 2019.

VALENTE, José Armando et al. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a Educação. Coleção Pensadores & Educação, 3ª ed. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.